



INSTITUTO POLITÉCNICO DE SANTARÉM
ESCOLA SUPERIOR DE EDUCAÇÃO
MESTRADO EM CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO/ADMINISTRAÇÃO
EDUCACIONAL

Acesso, permanência e êxito: percepções sobre os impactos da oferta de residência estudantil em uma instituição brasileira de educação profissional e tecnológica

Trabalho de Projeto apresentado para obtenção de grau de Mestre em Ciências da Educação/Administração Educacional da Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Santarém

Hênio Delfino Ferreira de Oliveira

Orientador: Professor Dr. Paulo Coelho Dias

Coorientadora: Professora Dr^a Luísa Delgado

2020, fevereiro

INSTITUTO POLITÉCNICO DE SANTARÉM
ESCOLA SUPERIOR DE EDUCAÇÃO
MESTRADO EM CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO/ADMINISTRAÇÃO EDUCACIONAL

Acesso, permanência e êxito: percepções sobre os impactos da oferta de residência estudantil em uma instituição brasileira de educação profissional e tecnológica

Trabalho de Projeto apresentado para obtenção de grau de Mestre em Ciências da Educação/Administração Educacional da Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Santarém

Hênio Delfino Ferreira de Oliveira

Orientador: Professor Dr. Paulo Coelho Dias

Coorientadora: Professora Dr^a Luísa Delgado

2020, fevereiro

RESUMO

Título: Acesso, permanência e êxito: percepções sobre os impactos da oferta de residência estudantil em uma instituição brasileira de educação profissional e tecnológica

A educação, no Brasil, é um direito constitucional e a consolidação desse direito no contexto da educação profissional e tecnológica implica promover a democratização do acesso e condições objetivas para a permanência e o êxito dos estudantes. Para isso, algumas condições objetivas têm sido criadas por meio da assistência estudantil, sendo a residência estudantil uma dessas formas de assistência. O objetivo geral dessa Dissertação é identificar os impactos da oferta de residência estudantil para os estudantes contemplados no período de 2015 a 2018 no Campus Planaltina e para isso, faz-se necessário contextualizar e caracterizar as estruturas física e organizacional envolvidas. Para alcançar o objetivo proposto, foram adotadas as pesquisas bibliográfica e exploratória, que permitiram a realização da fundamentação teórica e a compreensão do problema da pesquisa. No Instituto Federal de Brasília, no Campus Planaltina, em 2017, foi observado um fato que motivou esta pesquisa de Mestrado em Ciências da Educação/Administração Educacional, onde observou-se que do total de alunos do último ano do Curso Técnico em Agropecuária Integrado ao Ensino Médio, 50% eram residentes, isto é, uma das turmas poderia ser formada unicamente por alunos residentes — e, na ausência desses alunos, esta turma não existiria. Para identificar os impactos gerados pela oferta da residência estudantil duas técnicas de coleta de dados foram utilizadas, a primeira, uma entrevista coletiva com 28 estudantes, e a segunda, questionários de pesquisa para dois perfis, 12 gestores e 98 residentes ou ex-residentes. Na condição de residente estudantil os alunos indicaram vantagens e desvantagens e amadureceram a análise para posteriormente indicar os impactos acadêmicos e sociais. Os impactos acadêmicos destacados foram: estar inserido no mundo da pesquisa; ser monitor; participar de projetos de extensão e aprender a ter disciplina e organização com os estudos. Já os impactos sociais indicados foram: desenvolver habilidades sociais, como ser mais paciente, saber respeitar as diferenças culturais, religiosas e de gênero; ter empatia; aprender a respeitar normas institucionais e vivenciar um intercâmbio cultural. As principais dificuldades elencadas pelos residentes foram a saudade de sentirem dos familiares e a dificuldade no convívio com os colegas, para isso, propõe-se o projeto interventivo chamado “apadrinhamento pedagógico”, onde um servidor técnico ou docente do campus se coloca como referência para um grupo de estudantes, para que estes sintam-se mais acolhidos, valorizados, seguros e felizes, contribuindo, assim, para a melhoria de seu rendimento escolar, para desenvolvimento de habilidades sociais, bem como para diminuir os índices de evasão e prevenção do surgimento ou agravamento de transtornos emocionais, como estresse, ansiedade, fobias e depressão. Após análise dos impactos elencados pelos alunos, a residência estudantil se mostrou, neste contexto, capaz de promover a garantia do direito à educação, além de fazer parte de uma rede de ações para a promoção da permanência e do êxito dos alunos do Campus Planaltina.

Palavras-chave: Assistência estudantil. Residência estudantil. Êxito acadêmico.

ABSTRACT

Title: Access, permanence and success: perceptions about the impacts of the student residence offer in a Brazilian institution of professional and technological education

Education in Brazil is a constitutional right and the consolidation of this right in the context of professional and technological education implies promoting the democratization of access and objective conditions for the permanence and success of students. For this, some objective conditions have been created through student assistance, with student residence being one of these forms of assistance. The general objective of this dissertation is to identify the impacts of the offer of student residence for the students contemplated from 2015 to 2018 in Campus Planaltina and for this, it is necessary to contextualize and characterize the physical and organizational structures involved. To achieve the proposed objective, the bibliographic and exploratory researches were adopted, which allowed the realization of the theoretical foundation and the understanding of the research problem. At the Campus Planaltina of Instituto Federal de Brasília, in 2017, a fact was observed that motivated this research in the Master of Science in Education / Educational Administration, where it was observed that of the total students of the last year of the Technical Course in Integrated Farming High School, 50% were residents, that is, one of the classes could be formed solely by resident students - and in the absence of these students, this class would not exist. To identify the impacts generated by the offer of student residence two data collection techniques were used, the first being the Collective interview, with 28 students, and the second, research questionnaires for two profiles, 12 managers and 98 residents or former residents. As a student resident, the students indicated advantages and disadvantages and matured the analysis to later indicate the academic and social impacts. The outstanding academic impacts were: being inserted in the research world; be a monitor; participate in extension projects and learn to have discipline and organization with studies. The social impacts indicated were: develop social skills, how to be more patient, know how to respect cultural, religious and gender differences; have empathy; learn to respect institutional norms and experience a cultural exchange. The main difficulties listed by the residents were the homesickness and the difficulty in living with their colleagues. To this end, the intervention project called “pedagogical sponsorship” is proposed, in which a technical servant or teacher of the campus stands as a reference to a group of students to make them feel more welcomed, valued, safe and happy, thus contributing to the improvement of their school performance, the development of social skills, as well as the dropout rates and prevention of emergence or aggravation of emotional disorders such as stress, anxiety, phobias and depression. After analyzing the impacts listed by the students, the student residence proved, in this context, able to promote the guarantee of the right to education, as well as being part of a network of actions to promote the permanence and success of the students of Campus Planaltina.

Keywords: Student assistance. Student residence. Academic success.

ÍNDICE GERAL

INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO I – O TRIPÉ: ACESSO, PERMANÊNCIA E ÊXITO NA EDUCAÇÃO BRASILEIRA	4
CAPÍTULO II – REFLEXÕES SOBRE A ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL COMO POLÍTICA PÚBLICA.....	10
2.1. A assistência estudantil como conceito e como política pública	10
2.2. Residência estudantil: características estruturais e organizacionais	14
2.3. O edital: uma análise sobre o instrumento.....	18
CAPÍTULO III - PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	20
3.1. <i>Lócus</i> da pesquisa	21
3.2 Participantes da pesquisa (alunos e gestores)	23
CAPÍTULO IV - RESULTADOS E DISCUSSÃO	26
4.1. Entrevista coletiva: os desafios e as possibilidades sob a ótica dos estudantes	26
4.2. A residência estudantil pela visão dos gestores	29
4.3. A residência estudantil pela visão dos residentes.....	34
4.3.1 Vantagens e desvantagens pelos residentes do Ensino Médio Integrado.....	37
4.3.2. Vantagens e desvantagens pelos residentes dos cursos superiores e técnicos subsequentes	39
4.4. Impactos acadêmicos e sociais gerados por uma residência estudantil.....	41
CAPÍTULO V - PLANO DE INTERVENÇÃO.....	46
5.1. Projeto: Apadrinhamento Pedagógico de Residentes Estudantis	46
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS	50
7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	54
ANEXOS	57
Anexo I – Aprovação do projeto de pesquisa.....	57
Anexo II – Termo de responsabilidade de vaga na residência estudantil	58
Anexo III–Plantas baixas – Alojamentos 200 e 400	61
Anexo IV – Gráficos complementares.....	62
Anexo V – Características de uma residência estudantil	66
Anexo VI – Guião da entrevista coletiva / tempestade de ideias	68
Anexo VII – Formulários de pesquisa	69

ÍNDICE DE QUADROS E FIGURAS

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Organograma da equipe gestora da Política de Assistência Estudantil –
residência estudantil..... 15

Figura 2 - Fluxograma da pesquisa.....25

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Orçamentos: auxílio ao estudante entre os anos de 2015 e 2018..... 11

Gráfico 2 - Distribuição de alunos residentes por curso entre 2015 e 201823

Gráfico 3 - Permanência no Integrado entre 2015 e 201727

Gráfico 4 - Tempo pelo qual os alunos estiveram residentes.....34

Gráfico 5 - Percentual de residentes por curso35

Gráfico 6 - Grau de concordância com os primeiros princípios da PAE36

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Pontos para o melhoramento da oferta pela equipe gestora32

Tabela 2 - Vantagens de residente no CPLA – perfil 137

Tabela 3 - Desvantagens de residente no CPLA – perfil 1.....38

Tabela 4 - Vantagens de ser aluno residente no CPLA – perfil 2.....39

Tabela 5 - desvantagens de ser aluno residente no CPLA – perfil 2.....40

Tabela 6 - Impactos acadêmicos e sociais.....44

Tabela 7 - Descrição dos espaços de uma residência estudantil.....66

Tabela 8 - Áreas detalhadas dos alojamentos 200 e 40066

ABREVIATURAS, ACRÔNIMOS E SIGLAS

CDAE	Coordenação de Assistência Estudantil e Inclusão Social
CDMS	Coordenação de Manutenção e Serviços
CDRE	Coordenação de Residência Estudantil
CPF	Cadastro de Pessoa Física
CTC	Conselho Técnico-Científico
DF	Distrito Federal
DRAP	Direção de Administração e Patrimônio
DREP	Direção de Ensino, Pesquisa e Extensão
EAD	Educação à Distância
EMI	Ensino Médio Integrado
EPT	Educação Profissional e Tecnológica
FIC	Formação Inicial e Continuada
IES	instituição de ensino superior
IFB	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília
IFES	Instituições Federais de Ensino Superior
IMPA	Instituto Nacional de Matemática Pura e Aplicada
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
LOAS	Lei Orgânica de Assistência Social
MCTIC	Ministério da Educação e do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações
NAPNE	Núcleo de Atendimento de Pessoas com Necessidades Específicas
PADTC	Programa de Apoio ao Desenvolvimento Técnico-Científico
PAE	Política de Assistência Estudantil
PAE-IFB	Política de Assistência Estudantil do Instituto Federal de Brasília
PCA	Plano de Contratações e Aquisições Anuais
PDI	Projeto Pedagógico Institucional
PIB	Produto Interno Bruto
PINCEL	Programa de Incentivos ao Esporte, Cultura e Lazer
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PNE	Plano Nacional de Educação
PPC	Projeto Pedagógico do Curso
SAMU	Serviço de Atendimento Móvel de Urgência
SGA	Sistema de Gestão Acadêmico
UAN	Unidade de Alimentação Nutricional
UEP	Unidade de Ensino e Produção

INTRODUÇÃO

De acordo com a Constituição Federal, todos os brasileiros têm direito à educação (art. 205), sendo dever do Estado e da família promover e incentivá-la com a colaboração da sociedade, que pode por meios legais cobrar esse direito, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

A consolidação desse direito no contexto da educação profissional e tecnológica implica promover a democratização do acesso e condições objetivas para a permanência e o êxito dos estudantes.

Souza (2006) afirma que quando se trata de assegurar o direito à educação, é incontornável entender a necessidade de integração das políticas públicas, pois a negação desse direito repercute na precarização das condições de vida dos jovens e dos trabalhadores e no agravamento das desigualdades sociais. No Brasil, algumas dessas condições para promover permanência e êxito têm sido realizadas por meio da assistência estudantil.

Atualmente, as ações voltadas à assistência estudantil estão regulamentadas pelo Decreto n. 7.234, de 10 de julho de 2010, e, portanto, ainda não se configuram como políticas de Estado, ficando à mercê do grau de prioridade estabelecido pelos governos. A possibilidade de regulamentação mais perene está em processo de construção, por meio do Projeto de Lei n. 6.086/2016, que exigirá políticas públicas voltadas à assistência estudantil para fortalecer as ações institucionais.

É nessa perspectiva de consolidação de políticas públicas voltadas à assistência estudantil que este trabalho se situa, com o propósito de contribuir com a análise de ações realizadas no âmbito da educação profissional e tecnológica, especificamente no que se refere à oferta de residência estudantil e seus efeitos na permanência e êxito dos estudantes.

Lynch (1995, como citado em Hora & Lelis, 2017, p. 18) apresenta e avalia a expressão *igualdade de condições* sob uma perspectiva fundamental, onde a igualdade neste caso, tem sentido de promover a equidade entre diferentes perfis, ou seja, considerando a heterogeneidade que advêm de gênero, etnicidade, deficiência, religião, orientação sexual ou de qualquer outro atributo.

O conceito mencionado por Hora e Lelis (2017) é importante referência para pensar a abordagem sobre assistência estudantil. Implicam, por exemplo, a realização de ações que alcancem os diversos fatores que favorecem a permanência e o êxito dos estudantes, considerando seus perfis socioeconômicos, bem como suas necessidades de ordem social, pedagógica e cultural.

No Brasil, com a Lei n. 11.892, de 29 de dezembro de 2008, que cria a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, e que cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia e dá outras providências — doravante denominada, nesse trabalho, Rede Federal —, ocorre o processo de expansão e democratização da educação profissional e tecnológica.

A expansão se dá, sobretudo, com a interiorização das instituições, alcançando diversos lugares e regiões. Ainda assim, em virtude das dimensões continentais do país e de suas características geográficas, nem todos os estudantes têm fácil acesso à instituição.

Por isso, em muitos casos o acesso, a permanência e o êxito em um curso só se tornam possíveis com a oferta de residência estudantil, deixando claro que estes resultados não dependerão só do fato de ser abrangido pela residência estudantil, contudo pode ser a mais impactante dessas, como será analisado ao longo deste trabalho.

Com a missão de oferecer ensino, pesquisa e extensão no âmbito da Educação Profissional e Tecnológica, o Instituto Federal de Brasília – IFB será o principal cenário deste estudo, que é uma instituição multicampi e pluricurricular, ou seja, abrange várias áreas do conhecimento em seus diferentes campi. São dez campi estrategicamente localizados no Distrito Federal – DF e entre eles se encontra o CPLA - Campus Planaltina, com eixo norteador recursos naturais voltado para agropecuária, agroecologia, agroindústria e biologia.

Neste campus, em 2017, uma turma do último ano do Curso Técnico em Agropecuária Integrado ao Ensino apresentou uma característica com potencial de análise, a quantidade de estudantes residentes na turma. Considerando tratar-se do último ano do curso, o fato de haver elevado número de residentes parecia revelar a importância da residência estudantil para a permanência dos estudantes naquele contexto. Entretanto vale destacar que mesmo que a quantidade de estudantes fosse reduzida, ainda assim a análise da importância dessa política se mostraria pertinente, o fato aqui é destacar que o êxito acadêmico também pode ser avaliado pela quantidade de alunos formando.

Entender os impactos da oferta da residência estudantil é necessário, pois essa política pública foi criada com uma finalidade maior, promoção do acesso, da permanência e do êxito dos estudantes na perspectiva de inclusão social, produção de conhecimento, melhoria do desempenho escolar e da qualidade de vida.

Desta forma, o objetivo geral dessa Dissertação é identificar os impactos da oferta de residência estudantil para os estudantes, de todos os cursos, contemplados no período de 2015 a 2018 no CPLA e para isso, faz-se necessário contextualizar e caracterizar as estruturas física e organizacional envolvidas.

Neste trabalho serão coletadas informações de estudantes que passaram ou que ainda vivem a realidade de ser um residente e informações de alunos não residentes, para

fins de comparação, quando necessário. A pesquisa procura, ainda, entender a visão da equipe gestora dessa oferta e, por fim, apresentar o atual cenário da oferta da residência estudantil, visando identificar os pontos sensíveis, com a finalidade de promover mudanças e ajustes nos fluxos e no planejamento pelos gestores.

Para alcançar esses objetivos, este trabalho foi estruturado em cinco capítulos.

O primeiro capítulo apresenta uma reflexão acerca do tripé: acesso, permanência e êxito no contexto da educação brasileira, identificando como a legislação e os autores da área apresentam esses conceitos.

O segundo capítulo é destinado às reflexões sobre a residência estudantil como política pública, inserida no Programa Auxílio Moradia. Para isso, serão apresentados os principais conceitos a respeito da política, assim como o detalhamento das estruturas física e organizacional do Programa Auxílio Moradia, incluindo uma breve análise do instrumento de acesso ao programa, o edital.

No capítulo três são apresentados os procedimentos metodológicos desta pesquisa, caracterizando-se o *lócus* da pesquisa, as duas técnicas de coletas de dados: entrevista coletiva, utilizando como dinâmica de levantamento de dados a “tempestade de ideias” e questionário e o público participante. Inicialmente, com contribuições da tempestade de ideias, composta por 28 alunos, residentes e não residentes, do último ano do Curso Técnico em Agropecuária do IFB Campus Planaltina, e posteriormente com a análise dos dados dos questionários respondidos pelos 12 gestores do programa de assistência estudantil do IFB Campus Planaltina e por 98 alunos e ex-alunos residentes. Neste capítulo deverá indicar natureza da abordagem: qualitativa, quantitativa ou mista.

No quarto capítulo são apresentados e discutidos os resultados.

No capítulo cinco será apresentado um plano de intervenção, onde será detalhado o projeto Apadrinhamento Pedagógico de Residentes Estudantis.

CAPÍTULO I – O TRIPÉ: ACESSO, PERMANÊNCIA E ÊXITO NA EDUCAÇÃO BRASILEIRA

Quando um país se propõe a investir em educação, precisa deixar claros os objetivos e as metas para diferentes prazos, já que existem diferentes níveis de complexidade no desafio da promoção da educação como um todo. Conhecer a realidade do país e traçar um plano de ações parece ser a melhor metodologia, já que um documento orientador tem potencial de fixar ações efetivas para alcançar objetivos pré-estabelecidos.

Esses documentos já existem e para além do ordenamento jurídico brasileiro, atualmente um conjunto de palavras tem chamado atenção quando se trata de ações para a promoção de uma educação para todos, são elas: acesso, permanência e êxito.

Considerando ser o conjunto orientador mais próximo do que o país já teve até o momento, quando se trata de orientações concretas e acessíveis, entende-se como pertinente estudar do que se trata cada uma dessas palavras no contexto da educação brasileira.

O Plano Nacional de Educação – PNE, aprovado pela Lei n. 13.005/2014, determina diretrizes, metas e estratégias para a política educacional brasileira no período de 2014 a 2024. No art. 2º é possível conhecer todas as diretrizes:

- I - erradicação do analfabetismo;
- II - universalização do atendimento escolar;
- III - superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação;
- IV - melhoria da qualidade da educação;
- V - formação para o trabalho e para a cidadania, com ênfase nos valores morais e éticos em que se fundamenta a sociedade;
- VI - promoção do princípio da gestão democrática da educação pública;
- VII - promoção humanística, científica, cultural e tecnológica do País;
- VIII - estabelecimento de meta de aplicação de recursos públicos em educação como proporção do Produto Interno Bruto - PIB, que assegure atendimento às necessidades de expansão, com padrão de qualidade e equidade;
- IX - valorização dos (as) profissionais da educação;
- X - promoção dos princípios do respeito aos direitos humanos, à diversidade e à sustentabilidade socioambiental.

Essas diretrizes compõem um importante conjunto de ações que em poucas palavras definem como promover o acesso, a permanência e o êxito neste contexto. Entretanto, é necessário destacar que muito antes de o PNE ser publicado, já existia uma Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira, a Lei n. 4.024, de 20 de dezembro de 1961, que fixava as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, cujo início se deu na década de 1960, como descreve Piana:

A chamada “redemocratização” do Brasil, no pós-Segunda Guerra Mundial, em 1945, com a promulgação da Constituição de 1946 e o surgimento do Estado populista desenvolvimentista, trouxe novas reformas, um longo período de reivindicações, surgindo um movimento em prol da escola pública, universal e gratuita, que repercutiu diretamente no Congresso Nacional e culminou com a promulgação, em 1961, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. As discussões em torno dessa Lei contribuíram para conscientizar o poder político sobre os problemas educacionais. (PIANA, 2009, p. 65).

Como apresentado até aqui, existem parâmetros, definidos no ordenamento jurídico brasileiro, para seguir. Entretanto alguns pontos, mesmo demorando anos para se concretizar hoje são realidade; um exemplo é a garantia do acesso à educação superior e profissional, para grupos historicamente excluídos.

Com a Lei n. 12.711/2012, que dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências, as cotas etnicorraciais chegaram às universidades e institutos federais — antes disso, o que existiam eram iniciativas pontuais de algumas universidades federais.

A partir dessa lei, a questão do acesso deixa de ser a principal preocupação, pois grupos vulnerabilizados, como negros e indígenas, por exemplo, agora podem ingressar em todos os cursos de todas as universidades e institutos federais, o fato de institucionalizar as cotas de fato é fundamental e isso não impede ou desobriga outras ações de fortalecimento do acesso à educação superior e profissional.

Ainda tratando do acesso é importante destacar que após a reformulação e o surgimento de uma nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB, a Lei n. 9.394/1996, percebeu-se um forte orientador para os planos e regulamentos que tratam da educação brasileira, como descrito:

A Lei de Diretrizes e Bases para a Educação Brasileira de 1996 é a primeira lei geral da educação promulgada desde 1961 e tem ampla repercussão sobre o sistema escolar. O governo assume a definição da política educacional como tarefa de sua competência, descentralizando sua execução para Estado e municípios. (PIANA, 2009, p. 67).

Quando se trata de acesso no art. 3º, I, apresentam os princípios sob os quais o ensino será ministrado, como a promoção da igualdade de condições para o acesso e para a permanência na escola. No art. 4º, o Estado aparece como responsável pela educação escolar pública, sendo esse dever efetivado mediante a garantia de:

- V - acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um;
- VII - oferta de educação escolar regular para jovens e adultos, com características e modalidades adequadas às suas necessidades e disponibilidades, garantindo-se aos que forem trabalhadores as condições de acesso e permanência na escola;

Se o acesso se fortaleceu, possibilitando novos debates, o foco se torna a permanência e o êxito. Permanecer pode ser interpretado, fisicamente falando, em se manter no mesmo lugar, ou seja, na mesma referência, entretanto, o permanecer no contexto da educação se aproxima da ação de resistir, na ação de se fortalecer e ser fortalecido para que o objetivo maior seja alcançado, ou seja, o êxito.

O fato é que nem sempre o conceito de permanecer esteve ligado à ideia de apoiar o aluno, muitos pesquisadores focavam em estudos para evitar a evasão, ou seja, evitar que o aluno deixasse o espaço acadêmico, mas isso não é suficiente para garantir o êxito escolar.

É o que Carmo (2018) apresenta quando trata da inquietação sobre a abissal diferença quantitativa entre as publicações sobre a permanência e a evasão escolar em sua pesquisa, e afirma que a expressão “permanência e êxito” chamou atenção ao final de 2009, quando foi concluída uma revisão bibliográfica de cem publicações acadêmicas a respeito de evasões e retornos escolares na Educação de Jovens e Adultos (EJA) para uma pesquisa de doutoramento no âmbito das escolas públicas municipais de Campo dos Goytazes, Rio de Janeiro.

Institucionalmente, a expressão “permanência e êxito” como ideia ou conceito, já constava na LDB, em diferentes momentos, como por exemplo, nos princípios e fins da educação nacional. No Art 3º I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola, quando tratou do direito à educação e do dever de educar. E no Art 4º VII - oferta de educação escolar regular para jovens e adultos, com características e modalidades adequadas às suas necessidades e disponibilidades, garantindo-se aos que forem trabalhadores as condições de acesso e permanência na escola.

Quando tratou do ensino fundamental, na LDB, no Art. 34, ficou registrado que a jornada escolar incluirá pelo menos quatro horas de trabalho efetivo em sala de aula, sendo progressivamente ampliado o período de permanência na escola. Também ao tratar da educação de jovens e adultos, Art. 37. § 2º, ficou descrito que o Poder Público viabilizará e estimulará o acesso e a permanência do trabalhador na escola, mediante ações integradas e complementares entre si.

Com a Lei nº 12.796, de 4 de abril de 2013, alterando a LDB e dispondo sobre a formação dos profissionais da educação, apresentou-se no inciso 4 do Art. 62, que a União, o Distrito Federal, os Estados e os Municípios adotarão mecanismos facilitadores de acesso e permanência em cursos de formação de docentes em nível superior para atuar na educação básica pública. Elevando o nível do entendimento da importância da permanência e do êxito também para o grupo que está diretamente ligado aos alunos, foco desta análise, quando na condição de estudante.

Se tratando de educação brasileira, com foco na educação profissional e tecnológica, existe a rede federal de educação profissional, que em 2015, com a publicação da Nota Técnica nº 282/SETEC¹/MEC, de 09 de julho, registrou um dos documentos orientadores mais importantes, quando se trata de orientações para a elaboração dos Planos Estratégicos Institucionais para a Permanência e o Êxito dos Estudantes. Entretanto, antes de aprofundar na Nota Técnica supracitada é importante entender como a EPT - Educação Profissional e Técnica brasileira está diante o cenário internacional e sua relação com o fortalecimento do debate sobre permanência e êxito no Brasil.

Segundo Moraes e Albuquerque (2019), o Brasil, frente à realidade internacional, ocupa um dos últimos lugares do mundo na oferta de educação profissional. Enquanto nos países membros da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) têm-se, em média, 43% dos estudantes entre 15 e 19 anos matriculados em cursos técnicos, no Brasil esse índice é de apenas 8%.

Segundo os mesmos autores, a realidade torna-se ainda mais precária nas faixas etárias superiores, contrariando as tendências internacionais, que apostam na intensificação da oferta de educação profissional para pessoas que se encontram fora da idade escolar, o Brasil continua apostando na educação básica “regular”, composta somente por disciplinas do núcleo básico, que não resultam em profissionalização.

Ao perceber uma movimentação positiva, Moraes e Albuquerque (2019) indicam que o Ministério da Educação (MEC) vem promovendo, nos últimos anos, um conjunto de políticas públicas que tem levado a EPT a um lugar mais proeminente na agenda educacional.

Os destaques segundo os autores são a criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, o início do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec) e a recente reforma do ensino médio, que estabeleceu a formação técnica e profissional como um possível itinerário formativo para os estudantes, dentre outras.

Como já citado, um importante marco institucional para o fortalecimento do conceito de permanência e êxito na educação brasileira foi a publicação da Nota Técnica nº 282/SETEC/MEC, de 09 de julho de 2015, conforme abaixo.

Determina a elaboração de Nota Informativa para as Instituições da Rede Federal, contendo as orientações para a elaboração dos Planos Estratégicos Institucionais para a Permanência e o Êxito dos Estudantes, que contemplem o diagnóstico das causas de evasão e retenção e a implementação de políticas e ações administrativas e pedagógicas de modo a ampliar as possibilidades de permanência e êxito dos estudantes no processo educativo nas instituições da Rede Federal, respeitadas as especificidades de cada região e território de atuação. (Nota informativa n.138 2015/DPE/SETEC/MEC).

¹ Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica.

A Nota Informativa n.138 de 2015 da Secretaria de Educação Profissional de Tecnológica do Ministério da Educação apresentou direcionamentos concretos às instituições da Rede Federal de Educação, onde cada uma deveria contribuir com o desenvolvimento de um *Plano Estratégico de Ações de Permanência e Êxito dos Estudantes*. A nota inclusive apresenta uma proposta de metodologia para que este seja desenvolvido em cinco fases: instituição de comissão interna, elaboração de diagnóstico quantitativo, elaboração de diagnóstico qualitativo, consolidação do plano estratégico e monitoramento e avaliações das ações.

A discussão sobre permanência, segundo Souza et al (2018) tem o potencial de mobilizar o sujeito, ou seja, aquele que está envolvido direta ou indiretamente com o processo educativo, em um movimento de dentro para fora para transformar a realidade, isto é, a visão é sobre uma questão interna, e, por essa perspectiva microestrutural, segundo os autores, a ação de transformação é em direção a mudar o cotidiano da escola e da sala de aula para depois mudar o mundo.

Percebendo a complexidade de explicitar um conceito, como o de permanência, mas não somente, Souza e Manhães (2018) citam que torna-se inegável que, ao se discutir acerca do conceito de algo, cada pessoa atribui sua percepção, que varia conforme sua vivência, logo, o conceito não pode ser regido por aspectos fixos e imutáveis, ao contrário, o conceito corresponde a uma ação bem mais ampla e complexa.

Ainda refletindo sobre o alcance do conceito de permanecer, Cordeiro (2018, p. 17) amplia descrevendo que este envolve discutir questões que abrangem o interior das salas de aula, os diversos espaços e tempos acadêmicos, a formação docente e o seu exercício, as práticas avaliativas e a gestão da educação, suas práticas e tomadas de decisão. Ainda com base no autor, o aluno deixa de ser o único “culpado” pelo não êxito, pois a responsabilidade passa a ser de todo um sistema.

Desta forma, permanecer implica se sentir parte do processo e isso pode ser percebido com a frequência e assiduidade compatível com a previsão do Projeto Pedagógico do Curso – PPC, com o sentimento de pertencimento à instituição, com a participação ativa nas atividades curriculares e em atividades de pesquisa e extensão, com a identificação com o curso, entre outros fatores.

No que se refere exclusivamente ao conceito de “êxito”, a LDB apresenta, em seu art. 24, a educação básica, nos níveis fundamental e médio, organizada de acordo com as seguintes regras comuns: a verificação do rendimento escolar (inciso V), observando, entre outros critérios, o aproveitamento de estudos concluídos com êxito (alínea d).

O êxito então fica mais bem definido quando se caracteriza pelo desenvolvimento de capacidades cognitivas, operativas e sociais, preparação para o trabalho e para a cidadania,

isto é, saber tomar decisões, fazer análises, interpretar informações, ter atitude de pesquisa, saber trabalhar em conjunto, ter capacidade de interferir criticamente na realidade para transformá-la, formar valores éticos, qualidades morais, traços de caráter, atitudes, convicções humanistas e humanitárias.

Souza e Manhães (2018) afirmam que se faz necessário dar passos mais largos em direção à verdadeira redemocratização do acesso à escola, que para elas não pode se limitar ao direito de estar na escola, fisicamente falando, mas ao de permanecer nela com qualidade e êxito, ou seja, há uma demanda atual da educação que tem o desafio de promover a permanência escolar como uma das etapas de um processo permanente ao longo da vida, atendendo às especificidades culturais e sociais desses sujeitos jovens e adultos.

CAPÍTULO II – REFLEXÕES SOBRE A ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL COMO POLÍTICA PÚBLICA

Neste capítulo serão apresentados conceitos e embasamento teórico sobre a Assistência Estudantil como política pública e a Residência Estudantil inserida nesta oferta. Será apresentada a evolução da execução do orçamento desta Política no CPLA e o detalhamento da Resolução n. 014/2014/CS-IFB – Política de Assistência Estudantil – PAE do IFB. Tratando-se de execução da política, serão apresentadas as estruturas física e organizacional da equipe gestora e, por fim, será feita uma breve avaliação do edital, principal instrumento de acesso à residência estudantil do Campus Planaltina.

2.1. A assistência estudantil como conceito e como política pública

O conceito de assistência estudantil vem mudando com o tempo e segundo Araújo (2016, p. 33), esta, em dado momento, somente para a educação superior, embora com caráter elitista, surgiu no Brasil antes mesmo das primeiras instituições de ensino superior. Cunha (2000, como citado em Araújo, 2016, p. 33) destaca que, durante o período da colonização, embora Portugal não investisse nesse nível de ensino, oferecia um determinado número de bolsas para que os filhos de colonos portugueses fossem concluir seus estudos em Coimbra.

Atualmente, o programa de assistência estudantil está inserido numa política pública e ações de governo precisam ser planejadas, avaliadas e fortalecidas, a fim de garantir o direito à educação, como prescreve a Constituição Federal brasileira.

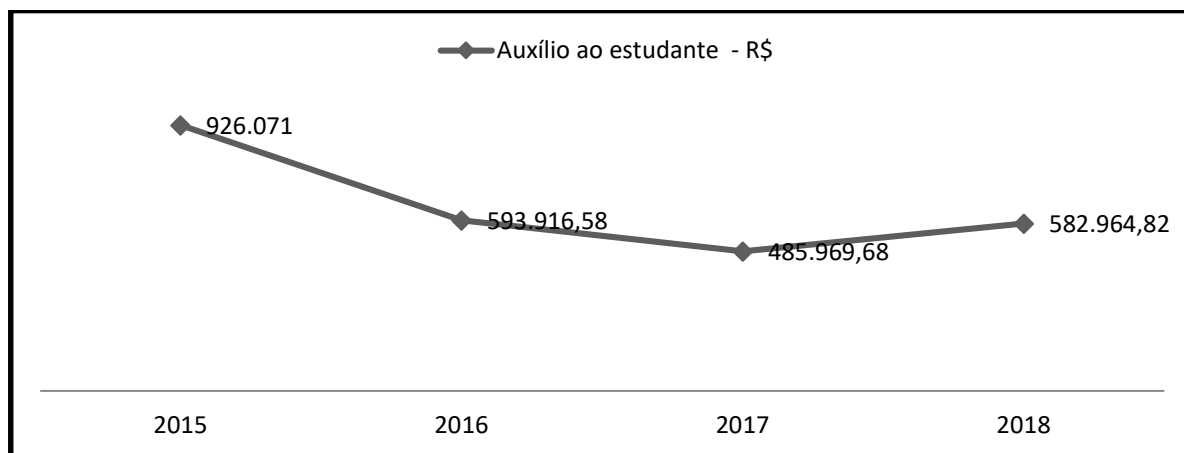
Souza (2006, p. 5) descreve o conceito de “política pública” tal como definido por diferentes autores, entre eles:

Não existe uma única, nem melhor, definição sobre o que seja política pública. Mead (1995) a define como um campo dentro do estudo da política que analisa o governo à luz de grandes questões públicas e Lynn (1980), como um conjunto de ações do governo que irão produzir efeitos específicos. Peters (1986) segue o mesmo veio: política pública é a soma das atividades dos governos, que agem diretamente ou através de delegação, e que influenciam a vida dos cidadãos. Dye (1984) sintetiza a definição de política pública como “o que o governo escolhe fazer ou não fazer”. A definição mais conhecida continua sendo a de Laswell (1936), ou seja, decisões e análises sobre política pública implicam responder às seguintes questões: quem ganha o quê, por quê e que diferença faz.

O Instituto Federal de Brasília é uma autarquia inserida no Poder Executivo e possui orçamento anual para cumprir, entre outras obrigações, as políticas públicas estabelecidas. Entre os anos de 2015 e 2018, período em que o país passou por uma crise política, houve

uma tendência de redução (gráfico 01); ainda assim, o Campus Planaltina dispôs de orçamento para a execução da política de assistência estudantil.

Gráfico 3 - Orçamentos: auxílio ao estudante entre os anos de 2015 e 2018



Fonte: <http://ifbemnumeros.ifb.edu.br/>

Para tratar da assistência estudantil, que garante alguns dos direitos mais importantes aos alunos, se destacam duas leis, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB e a Lei Orgânica de Assistência Social – LOAS.

A LDB foi aprovada em 20 de dezembro de 1996 (Lei n. 9.394) e contém dispositivos que amparam a assistência estudantil e destacam que o ensino deverá ser ministrado com base em alguns princípios, entre eles a igualdade de condições para o acesso e a permanência na escola (art. 3º, I).

A LOAS (Lei n. 8.742, de 07 de dezembro de 1993) reconhece a assistência como uma política de seguridade social — portanto, uma política pública ampla de amparo ao cidadão para além das necessidades básicas do dia a dia. Assim, a política social de assistência estudantil nas Instituições Federais de Ensino Superior – IFES deve ser parte do processo educativo e articular-se com o tripé básico e indissociável da vida acadêmica — que é o ensino, a pesquisa e a extensão.

A Política de Assistência Estudantil do IFB é composta por um conjunto de princípios e diretrizes que norteiam a implantação de ações visando à promoção da permanência e do êxito dos alunos na perspectiva de inclusão social, produção de conhecimento, melhoria do desempenho escolar e da qualidade de vida (art. 1º da Resolução n. 014/2014/CS-IFB).

O acesso à educação profissional foi ampliado nos últimos anos com a expansão da Rede Federal; porém, a distância geográfica continua sendo considerável ou impeditiva para os alunos. A residência estudantil, neste contexto, pode ser uma motivação para que

estudantes se matriculem em cursos fora do seu município e ampliem o seu leque de oportunidades.

A assistência estudantil está diretamente relacionada com a criação de circunstâncias, que promovam igualdade de condições para a permanência e o êxito nos cursos, com a conseqüente promoção do direito constitucional. Entretanto, faz-se necessário criar regulamentos para a execução estratégica em cada instituição, considerando suas particularidades. Um exemplo de documento interno no qual a assistência estudantil está inserida, é o PDI – Projeto Pedagógico Institucional.

O Projeto Pedagógico Institucional apresenta caminhos para que uma instituição multicampi e pluricurricular como o IFB garanta a execução da política pública de assistência estudantil em diversas frentes, sendo o programa de residência estudantil uma delas.

A residência estudantil, inserida na assistência estudantil, tem como foco de atendimento os alunos que comprovam necessidade, para que o acesso à educação seja possibilitado e, conseqüentemente, um direito constitucional garantido, de modo que o êxito, em seu sentido amplo, seja percebido durante e após o usufruto da assistência.

O CPLA é, atualmente, o único do IFB que oferta a residência estudantil. Segundo Angelis (2007), a escola de Planaltina foi criada em 1958 pelo então presidente Juscelino Kubitschek. Em 1978, foi transferida para o Governo do Distrito Federal, mas em dezembro 2007 se tornou a primeira escola técnica federal do DF e, posteriormente, um dos *campi* do Instituto Federal de Brasília.

A residência estudantil já existia desde a época em que esteve sob a gestão do Governo do Distrito Federal e vem se adaptando aos novos contextos, a exemplo da sua inserção na Rede Federal de Educação Profissional.

A Política de Assistência Estudantil, no art. 1º do Anexo VI da Resolução n. 014/2014/CS-IFB, descreve o Programa de Auxílio Moradia como

[...] um auxílio pecuniário destinado aos estudantes do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília, com matrícula e frequência regular, de cursos presenciais de Formação Inicial e Continuada, que contemple o mínimo 200h, do Ensino Técnico e de Graduação dos *Campi*, em situação de vulnerabilidade socioeconômica, residente em outros estados, e cidades fora do Distrito Federal ou em zona rural com dificuldades de acesso aos Campi, objetivando sua permanência escolar e/ou acadêmica, que objetiva custear parte dos gastos com aluguel em regiões próximas aos *Campi*.

Nesta Política também são definidos programas institucionais para além do Programa Auxílio Moradia, aqui especificado como Residência Estudantil — também existem os programas de Auxílio-Permanência Presencial; Monitoria; Auxílio-Criança; e Apoio ao Desenvolvimento Técnico-Científico, detalhados abaixo.

O Programa de Auxílio- Permanência Presencial, vinculado à Política de Assistência Estudantil do IFB, visa proporcionar ao estudante que apresente alta ou moderada vulnerabilidade, que interfira na sua permanência no Instituto, apoio financeiro para manutenção de seus estudos, sob a forma de complementação das despesas para o atendimento prioritário ao transporte, ao material didático e à alimentação.

O Programa de Monitoria, vinculado à Política de Assistência Estudantil do IFB, visa proporcionar aos estudantes do IFB espaço colaborativo para o desenvolvimento da aprendizagem.

O Programa de Auxílio-Criança é destinado, exclusivamente, aos estudantes do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília, com matrícula e frequência regular, de cursos presenciais de Formação Inicial e Continuada, que contemple o mínimo de 200h, do Ensino Técnico e de Graduação dos *Campi*, em situação de vulnerabilidade socioeconômica e não tenham com quem deixar seus filhos com idade de 0 (zero) até 12 (doze) anos durante os horários de aula.

O Programa de Apoio ao Desenvolvimento Técnico-Científico – PADTC é destinado aos estudantes do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília em cursos presenciais de Formação Inicial e Continuada, do Ensino Técnico ou de Graduação e Pós-Graduação do IFB, e ofertará auxílio para a participação dos estudantes em eventos técnicos e científicos.

Para executar os programas supracitados, cada campus recebe um orçamento calculado com base no número de alunos equivalentes², conforme o cálculo do Termo de Acordo de Metas³ (art. 3º, § 3º, PAE). A gestão dessa política está sob a responsabilidade da Coordenação de Assistência Estudantil, no âmbito da Pró-reitora de Ensino, assim como das Coordenações de Assistência Estudantil e Inclusão Social nos campi, onde deverão articular o trabalho com os demais setores do IFB (art. 6º, PAE).

Assim, a assistência estudantil é composta por vários programas e gerida por equipes específicas, que administram os recursos. O estudante pode ter acesso à assistência de duas formas: recebendo o valor em pecúnia diretamente na sua conta bancária ou a partir de ordem bancária vinculada ao seu Cadastro de Pessoa Física – CPF, no caso do auxílio permanência, da bolsa monitoria, do auxílio-criança e do auxílio técnico-científico. Outra forma de usufruir

² O aluno equivalente é aplicado a todos os cursos, desde a qualificação profissional até a pós-graduação. São consideradas a carga horária e o grau de complexidade dos cursos, especialmente a exigência de aulas práticas com divisão de turmas. (Portaria n. 818 do Ministério da Educação, de 13 de agosto de 2015).

³ Acordo de Metas e Compromissos: documento que celebra a União, representada pelo Ministério da Educação, por intermédio da Secretária de Educação Profissional e Tecnológica, e o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília, para fins de estruturação, organização e atuação dos Institutos Federais criados pela Lei n.11.892, de 29 de dezembro de 2008.

dos programas é tendo acesso à residência e à Unidade de Alimentação Nutricional – UAN (refeitório), por exemplo.

A moradia estudantil ou residência estudantil, enquanto espaço de uso coletivo, pode ser vista como um forte aliado no processo de formação do estudante cidadão. Barroso, Pereira, Ferrari e Wiese (2016) consideram o potencial integrador e formador de indivíduos, já que contribui para o fortalecimento da vida em sociedade, para a troca de experiências e, ainda, colabora com a função social dessa vivência em conjunto.

Silva (2016, p. 1) confirma a dimensão educativa de um espaço de convivência como o em estudo quando afirma que é preciso conceber a residência estudantil como um espaço de fortalecimento da autonomia do estudante, compreendendo-a como potencial de construir identidades e estabelecer novas redes de sociabilidade.

2.2. Residência estudantil: características estruturais e organizacionais

A residência estudantil pode ser definida como um espaço de moradia temporária para estudantes de diferentes cursos, que não possuem condições de retornar às suas casas, por questão financeira, de segurança ou de logística, isto é, quando diferentes fatores tornam inviável o retorno para casa até o outro dia de aula. A residência estudantil pode ser caracterizada em duas dimensões de análise, a estrutural e a organizacional.

Tinto (1989) aponta que existe influência de quatro conjuntos de fatores sobre a decisão do estudante de abandonar⁴ a universidade, os quais mesclam tanto elementos individuais, relacionados aos estudantes, quanto institucionais, como elementos ligados à instituição de ensino superior – IES e ao contexto educacional como um todo. Esses fatores serão descritos a seguir.

O primeiro motivo a limitar a oferta é o tamanho da equipe de acompanhamento, a equipe que compõe a Coordenação de Residência Estudantil – CDRE, já detalhada anteriormente, pois a logística que uma residência estudantil demanda deve ser percebida com de diferentes tipos, estrutural, ou seja, os espaços físicos, e de acompanhamento humano, recebendo demandas de saúde e bem-estar como observar a adaptação do estudantes, sua relação com os colegas e os impactos que as dificuldades em morar neste

⁴ “Segundo Santos et al. (2017, citados em Brasil, MEX, 1997, pp. 74-75). O Ministério da Educação, por meio da Comissão Especial de estudo sobre a Evasão nas Universidades Brasileiras, estabeleceu três tipos de evasão: o desligamento do curso superior (abandono propriamente dito); a transferência, trancamento ou exclusão pela Instituição de Ensino, e a evasão do sistema, podendo ser definitiva ou temporária.”

ambiente podem causar na vida acadêmica e social de cada um deles, por isso, ajustar a demanda por vagas na residência em função do potencial da equipe é fundamental.

Outro fator que justifica a redução da equipe é a alimentação, isto é, a capacidade que a UAN tem de oferecer as quatro refeições diárias para esses residentes. Ajustar o tamanho da equipe de servidores é responsabilidade de um grupo de gestores, como será tratado a seguir.

Do ponto de vista organizacional, o programa Residência Estudantil é gerido por uma equipe gestora com atribuições definidas e organizada com base no organograma do IFB, Anexo B da Resolução n. 001/2017. A hierarquia pode ser entendida a partir do organograma seguinte.

Figura 1 - Organograma da equipe gestora da Política de Assistência Estudantil – residência estudantil



Fonte: elaboração própria a partir dos dados coletados na pesquisa.

Cada agente envolvido possui competências exclusivas, mas também competências compartilhadas com outros membros. A seguir, as atribuições dos gestores da residência estudantil serão detalhadas do ponto de vista da hierarquia.

Ao Diretor Geral do campus, com atribuições descritas no Regimento Geral do IFB (Resolução n. 12/2012 - CS/IFB, de 08 de fevereiro de 2012) compete, entre outras atividades de gestão, supervisionar e avaliar a execução dos planos, programas e projetos do Campus, propondo, com base na avaliação de resultados, a adoção de providências relativas à reformulação dos mesmos.

Esse gestor tem como uma de suas obrigações, acompanhar a execução das políticas públicas estabelecidas para a sua instituição e a assistência estudantil é uma delas, entretanto,

ele não precisar lidar com essa atividade sozinho, há também um gestor conhecimento como Diretor de Ensino, Pesquisa e Extensão (DREP).

Com atribuições descritas na Resolução n. 35/2012 – CS/IFB, ao Diretor de Ensino, Pesquisa e Extensão compete, entre outras atividades, a de coordenar e acompanhar a elaboração e a avaliação do planejamento das ações de ensino, pesquisa e extensão e este se caracteriza como chefia imediata da coordenação de faz a gestão direta da residência estudantil. Como será estudado abaixo.

A Resolução n. 35/2012 – CS/IFB, que aprova, *ad referendum* do Conselho Superior, nova estrutura organizacional para o Instituto Federal de Brasília, trata das competências de cada coordenação, porém no caso da coordenação de residência estudantil o documento não detalha as suas funções, tal como fez com todos os outros, porque tal Coordenação existe em apenas um campus; entretanto, a Política de Assistência Estudantil do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília, dispõe, no inciso VI do art. 17, que à CDRE compete, entre outras atividades, a de zelar pela integridade física, moral e intelectual dos estudantes residentes.

Sob essa coordenação há responsabilidades em diferentes níveis, como as puramente de organização e cuidado com os espaços físicos, como vistoriar limpeza, organização, manutenção e providenciar reparos por danos relativos dos desgastes de tempo e solicitar ressarcimento de danos por mau uso dos utensílios dos quartos; prevenir depredação do patrimônio institucional nas dependências das residências estudantis; e solicitar reparos, melhorias e adequações das residências estudantis;

Também há a responsabilidade de acompanhamento pedagógico, social e psicológicos, que demandam o apoio dos demais membros da equipe. As principais responsabilidades do CDRE, deste tipo são prevenir ações de bullying, trotes; encaminhar ao Serviço Social, estudantes, que necessitam de acompanhamento social; providenciar acompanhamento familiar para estudantes que necessitem de passar por atendimento médico; convocar pais ou responsáveis legais de adolescentes ou dos familiares dos estudantes com deficiência, quando necessário; encaminhar estudantes, ao Núcleo de Atendimento de Pessoas com Necessidades específicas NAPNE e encaminhar à comissão disciplinar discente os estudantes que descumprirem com os regulamentos institucionais;

Por fim, há também demandas administrativas, como manter registro diário de ocorrências nas residências estudantis; comunicar, por escrito, mensalmente, a existência de novas vagas para a Residência Estudantil e minutar as chamadas da lista de espera para Coordenação de Assistência Estudantil e Inclusão Social, que, posteriormente, deverão ser enviadas à Direção Geral do Campus Planaltina;

A CDRE precisa de uma equipe multidisciplinar, como pode ser percebido pelas diversidades de demandas apresentadas anteriormente, mas antes de detalhar a atuação de cada perfil de profissional que atua nesta coordenação, é importante destacar que a relação entre coordenações também está estabelecida na Política de Assistência Estudantil do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília, dispõe, no inciso VI do art. 17, quando apresenta a necessidade de promover com a Coordenação de Assistência Estudantil e Inclusão Social, ações de cultura, esporte e lazer para os estudantes residentes.

Dada a complexidade que é cuidar de seres humanos em formação em ambiente diferente de suas casas, profissionais estratégicos precisam se aproximar essa oferta, como assistente social e psicólogo.

A Lei n. 8.662, de 07 de junho de 1993, dispõe que compete ao profissional da Assistente Social, entre outras demandas, prestar serviços sociais orientando indivíduos, famílias, comunidade e instituições sobre direitos e deveres (normas, códigos e legislação), serviços e recursos sociais e programas de educação. Esse profissional, no contexto da assistência estudantil se coloca para:

Orientar indivíduos, famílias, grupos, comunidades e instituições: esclarecer dúvidas, orientar sobre direitos e deveres, acesso a direitos instituídos, rotinas da instituição, cuidados especiais, serviços e recursos sociais, normas, códigos e legislação e sobre processos, procedimentos e técnicas; ensinar a otimização do uso de recursos; organizar e facilitar; assessorar na elaboração de programas e projetos sociais; organizar cursos, palestras, reuniões.

O outro profissional que compõe a equipe da CDRE é o psicólogo escolar que, nem sempre de maneira exclusiva, como também é o caso do assistente social, apresenta demandas específicas para esse contexto.

O psicólogo escolar tem suas atribuições descritas na Resolução n. 007/2013 a de estudar, pesquisar e avaliar o desenvolvimento emocional e os processos mentais e sociais de indivíduos, grupos e instituições, com a finalidade de análise, tratamento, orientação e educação; diagnosticar e avaliar distúrbios emocionais e mentais e de adaptação social, elucidando conflitos e questões e acompanhando o(s) paciente(s) durante o processo de tratamento ou cura; investigar os fatores inconscientes do comportamento individual e grupal, tornando-os conscientes; desenvolver pesquisas experimentais, teóricas e clínicas e coordenar equipes e atividades da área e afins; assessorar nas atividades de ensino, pesquisa e extensão inerentes ao cargo.

Este profissional pode ser estratégico quando se trata de acompanhar alunos com dificuldades de adaptação à nova realidade. Alunos podem apresentar diferentes posturas, como apatia e tristeza, mas também euforia e ansiedade. Ter uma equipe multiprofissional, como pode ser percebido, é necessária para suprir as necessidades de uma oferta complexa

como a de residência estudantil. A equipe de gestores também é responsável pelo principal instrumento de acesso à residência estudantil, como será analisado na próxima seção.

Como equipe de apoio estão os assistentes de alunos e os vigilantes, que como membros de equipe de apoio do coordenador de residência estudantil, estes profissionais executam atividades de acompanhamento da rotina dos estudantes. A diferença entre eles é o turno de trabalho, sendo que os assistentes de apoio aos alunos trabalham no diurno e os vigilantes no noturno.

Ao observar a rotina de trabalho dos assistentes, é possível perceber que realizam atividades de acompanhamento aos cuidados com a estrutura física dos quartos — com atribuições como verificar fechaduras, trocar chuveiros danificados, montar ou desmontar camas, trocar torneiras danificadas e solicitar a abertura de chamado para a Coordenação de Manutenção e Serviços – CDMS do campus, quando a manutenção necessitar de profissional específico, como, por exemplo, eletricista.

Já os vigilantes trabalham na observação dos espaços durante a noite e a madrugada, inicialmente realizando chamadas, para conferir se todos os residentes estão em seus quartos, e cuidando dos espaços durante a madrugada para que nenhuma pessoa sem autorização tenha acesso. Este profissional também tem a função de ficar alerta, caso algum residente tenha qualquer urgência durante a madrugada.

2.3. O edital: uma análise sobre o instrumento

Após efetivação da matrícula, o estudante já pode se candidatar a residente, com edital específico alinhado com a Resolução n. 014/2014/CS-IFB. Com objetivos definidos em 2012 e mantidos até o presente, o instrumento visa contribuir para a permanência de alunos com vulnerabilidade socioeconômica, ofertando residência estudantil para os preferencialmente oriundos de outros Estados.

O edital naturalmente se adaptou com o tempo, mantendo a essência; ajustou-se às novas tecnologias, utilizando hoje formulários eletrônicos e inscrições *online*.

O processo também se tornou mais inclusivo; antes não havia reserva de vagas, mas agora, com a política prevista em seu art. 3º, parágrafo único, no mínimo 5% das residências estudantis deverão ser destinadas para as pessoas com deficiência.

A Resolução n. 014/2014/CS-IFB definiu residência estudantil (definição esta que, antes, não existia), descrevendo seu espaço físico, sua forma de organização, os serviços de

alimentação oferecidos pela UAN. Além disso, o edital de 2018 apresentou uma relação de desobrigações da instituição; são elas:

Não há serviços de saúde na residência estudantil. Em casos de emergência a escola acionará o Serviço de Atendimento Móvel de Urgência-SAMU ou o Corpo de Bombeiros e o responsável legal ou quem for indicado pelo responsável no ato da inscrição da residência, para proceder com o acompanhamento do estudante. Em caso de consultas marcadas, a família deverá providenciar o deslocamento e acompanhamento do estudante.

Como regra de convivência, foi estabelecido o horário de silêncio entre as 23h e as 6h30 e, de maneira geral, se as regras não forem cumpridas, isso pode gerar o desligamento da residência (anteriormente, os editais traziam mais detalhes sobre o desligamento do aluno; o edital 2018, diferentemente dos anteriores, limita-se a indicar que as regras de convivência já estão definidas e estão tanto no regulamento discente quanto no contrato semestral assinado pelos envolvidos). Um exemplo seria esta regra constante no item III do edital 2018: “Não cumprimento das regras estabelecidas no edital de vagas para residência estudantil, na resolução discente e no contrato semestral feito com a Coordenação de Residência Estudantil- CDRE.”

Ao ser selecionado, o aluno recebe um termo de responsabilidade (ver Anexo I deste trabalho), estabelecendo-se o foro da cidade de Planaltina-DF para dirimir quaisquer dúvidas ou para o processamento de qualquer ação referente ao termo. O documento possui mais sete cláusulas: do objetivo, da finalidade, da vigência, da contratação, da conservação, das sanções, das disposições gerais e do desligamento. Os três agentes que assinam o termo de responsabilidade são: a diretora geral, o coordenador da residência estudantil e o discente ou seu responsável legal.

Quando se assina o termo de responsabilidade, efetivamente o aluno se torna responsável pelo quarto e pelo patrimônio diretamente vinculado ao seu nome — como o armário, a cama e o colchão —, mas, para além desse patrimônio, o aluno se torna responsável coletivamente pela preservação de outros que também compõem o quarto e as áreas da residência estudantil, tais como mesas de estudo, cadeiras, TVs, sofás e outros.

Quanto à renovação do termo de responsabilidade, fica estabelecido que será renovado semestralmente, condicionada a renovação a fatores de responsabilidade, isto é, ao cumprimento do termo de responsabilidade. É importante observar o mérito pedagógico no termo de responsabilidade. Na cláusula 7.0, que trata das hipóteses de desligamento da residência estudantil, alguns itens reafirmam a necessidade de compromisso com a frequência (item 7.2.3) e com atrasos (item 7.2.5), respeito aos servidores e/ou colegas.

CAPÍTULO III - PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa é a atividade nuclear da Ciência; ela possibilita uma aproximação e um entendimento da realidade a investigar, é o que afirmam Silveira e Córdova (2009 p. 31), para quem a pesquisa é um processo permanentemente inacabado, sendo processado por meio de aproximações sucessivas da realidade, fornecendo-nos subsídios para uma intervenção no real.

A proposta para a presente pesquisa é ser exploratória, como descrito abaixo:

Este tipo de pesquisa tem como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a construir hipóteses. A maioria dessas pesquisas envolve: (a) levantamento bibliográfico; (b) entrevistas com pessoas que tiveram experiências práticas com o problema pesquisado; e (c) análise de exemplos que estimulem a compreensão. (Gil, 2007, como citado em Silveira & Córdova, 2009, p. 35).

Segundo Carvalho (1989 p. 155), a pesquisa documental é aquela realizada a partir de documentos considerados cientificamente autênticos e não fraudados. A autora também destaca que, além das fontes primárias, os documentos propriamente ditos, utilizam-se as fontes chamadas secundárias, como dados estatísticos elaborados por institutos especializados e considerados confiáveis para a realização da pesquisa.

Ainda com base na classificação de Carvalho (1989), a presente pesquisa ainda se classifica como bibliográfica, pois se dá pela identificação, localização e compilação dos dados escritos em livros, artigos de revistas especializadas, publicações de órgãos oficiais e outros.

Os impactos da oferta de residência estudantil do IFB – Campus Planaltina foram analisados a partir da perspectiva dos alunos e dos gestores. A abordagem qualitativa foi privilegiada nesta pesquisa, em especial na análise dos dados. A pesquisa qualitativa, segundo Godoy (1995, p. 62), tem o ambiente natural como fonte direta de dados e o pesquisador como instrumento fundamental. O autor ainda afirma que é primordial o estudo e a análise do mundo empírico em seu ambiente natural. Neste contexto, a pesquisa teve como *locus* o Campus Planaltina do Instituto Federal de Brasília.

Esta é uma pesquisa que foi aprovada pelo Conselho Técnico-Científico (CTC) em 29 de novembro de 2017, conforme anexo I e todas as informações coletadas foram tratadas em conjunto, gerando um relatório global. Os dados foram obtidos a partir de diferentes técnicas, como entrevista coletiva e aplicação de questionários. Para fins de diagnóstico do *locus* da pesquisa, foi realizada a entrevista coletiva. O grupo entrevistado foi composto por 28 alunos do último ano do ensino médio do Curso Técnico em Agropecuária, tendo como tema da

discussão: os desafios e possibilidades em ser estudante residente no Campus Planaltina sob a ótica de alunos residentes e não residentes.

Entrevistar, segundo Stewart e Cash (2015, p. 25), é a forma mais comum de comunicação objetiva, planejada e séria. A entrevista pode ser formal ou informal, mínima ou altamente estruturada, simplificada ou sofisticada, com duração que varia de alguns minutos a horas.

Os questionários, um para o grupo de gestores e outro para o grupo de alunos e ex-alunos residentes, foram elaborados com a finalidade de coletar informações a respeito da experiência como gestores ou alunos no cenário do programa de residência estudantil.

Os participantes foram convidados a julgar as afirmativas a partir de uma escala intervalar, com intervalos ordenáveis e significativos, como afirmam Doane e Seward (2014, p. 29). A escala escolhida para o contexto desta pesquisa foi a *Escala Likert* sendo e percebeu-se como suficiente a utilização de quatro pontos — isto é, sem a opção central neutra, para que o entrevistado tenha que expor seu posicionamento.

Nesta pesquisa, pretende-se analisar a percepção sobre os impactos da oferta de residência estudantil do IFB – Campus Planaltina, sob a ótica os alunos e gestores.

Quanto aos objetivos específicos, foram estabelecidos:

- Conceituar a assistência estudantil como política pública.
- Identificar o Programa de Residência Estudantil como assistência estudantil.
- Apresentar a estrutura física e organizacional do Programa de Residência Estudantil do IFB – Campus Planaltina.
- Avaliar o Edital como instrumento de acesso ao Programa de Residência Estudantil.
- Identificar as possíveis relações entre a percepção dos alunos e dos gestores quanto à oferta do Programa de Residência Estudantil.
- Apresentar os possíveis impactos que o Programa de Residência Estudantil gerou na vida acadêmica ou pessoal dos alunos.

3.1. Lócus da pesquisa

O Instituto Federal de Brasília, atualmente com 10 *campi*, possui um deles categorizado como agrícola, o qual está localizado na cidade satélite de Planaltina – DF. Neste campus há uma residência estudantil, onde aproximadamente 150 alunos, de várias idades e cursos, residem segundo a organização orientada por um conjunto de gestores.

O perfil multicurso e multidisciplinar do Campus Planaltina é caracterizado por sua composição, com cursos técnicos e superiores. Os cursos técnicos presenciais são ofertados em duas modalidades: integrado⁵ e subsequente⁶.

O Curso Técnico em Agropecuária, ofertado nas duas modalidades, representou quase 80% dos alunos matriculados em fevereiro de 2018; entretanto, este não é o único curso em nível técnico do campus, existe também o Curso Técnico em Agroindústria, na modalidade subsequente.

São ofertados neste campus dois cursos superiores: a Licenciatura em Biologia e o Tecnólogo em Agroecologia, todos com alunos residentes. Existem também os cursos na modalidade à distância, que são: Alimentação Escolar, Infraestrutura Escolar, Multimeios Didáticos e Secretaria Escolar. Assim, o ambiente escolar é composto por diferentes perfis, o que, ao mesmo tempo, possibilita um terreno fértil para a troca de experiências e apresenta desafios para aqueles que fazem a gestão.

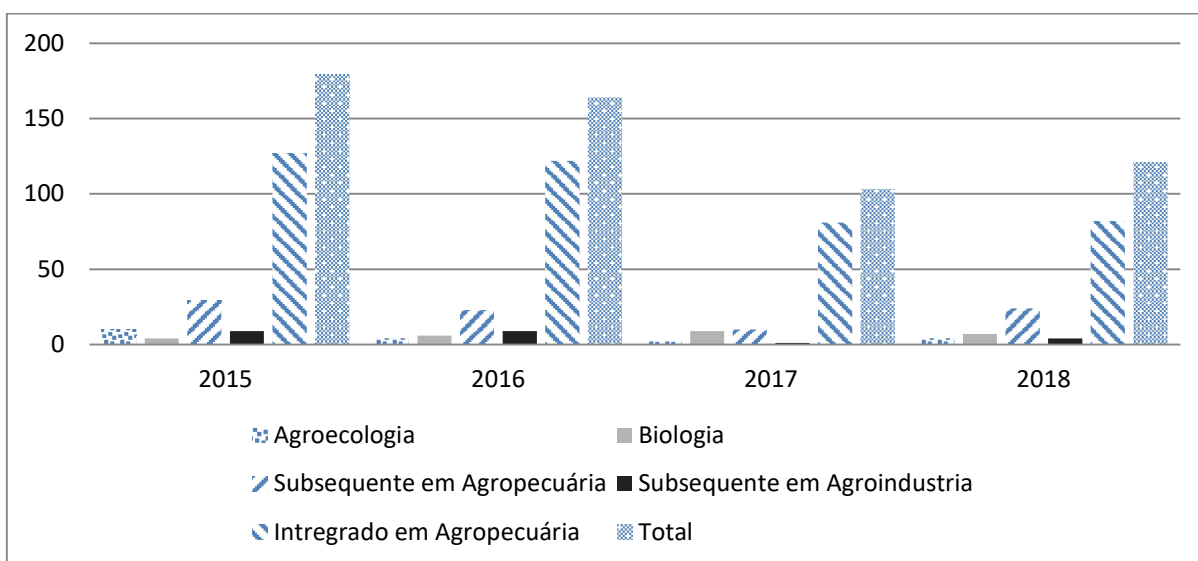
Existem também diversos cursos de Formação Inicial e Continuada – FIC, ofertados via edital; são eles: Programação “C” Básica; Teclado Básico; Teclado Intermediário; Cerâmica; Inglês Básico – Sing & Learn; Libras Básico 2 e Libras Intermediário. Estes cursos são ofertados conforme demanda da sociedade; desta forma, a oferta de novas turmas fica sujeita a avaliação e aprovação dos gestores e da comunidade acadêmica.

A análise da distribuição dos alunos residentes por curso no período de 2015 a 2018 permite verificar que o Curso Técnico em Agropecuária, ofertado na modalidade integrado, foi o que mais demandou por vagas na residência estudantil, conforme gráfico abaixo.

⁵ Curso que integra a formação básica de nível médio com a formação profissional.

⁶ Cujo pré-requisito é a conclusão do Ensino Médio.

Gráfico 4 - Distribuição de alunos residentes por curso entre 2015 e 2018



Fonte: SGA⁷ – Sistema de Gestão Acadêmica.

É possível observar que a oferta diminuiu ao longo dos anos. Isso ocorreu, segundo os gestores, por adequação ao cenário político/econômico brasileiro, que tem passado por mudanças de prioridade e o investimento na educação federal tem sido reduzido, como foi possível perceber anteriormente no gráfico 01. Desta forma, a readequação do tamanho da equipe forçou a readequação da oferta.

3.2 Participantes da pesquisa (alunos e gestores)

Antes de coletar informações dos participantes, foi informado que as respostas seriam confidenciais e não seriam disponibilizadas para ninguém na instituição, foi pedido que o participante não se identificasse, pois, suas respostas e as dos colegas seriam reunidas e tratadas em conjunto, gerando um relatório global. Para identificar as falas de diferentes gestores e alunos, utilizou-se o padrão “gestor 01”, “gestor 02” e para os alunos “aluno 01”, “aluno 02”.

Pretendeu-se debater sob a ótica do grupo, quais os possíveis motivos para que um aluno desista do curso, sendo ele residente ou não, e em quais situações a residência estudantil interfere positiva ou negativamente nessa permanência ou evasão⁸. Os dados

⁷ Trata-se de um sistema da própria instituição: <https://sga.ifb.edu.br/>

⁸ A evasão do curso consiste no abandono do mesmo sem sua conclusão, podendo ser, por exemplo, trancamento ou transferência de curso. (Tinto, 1989, p. 74).

coletados na entrevista coletiva possibilitaram um diagnóstico que fundamentou os questionários aplicados, como será descrito adiante. Para este trabalho, a entrevista coletiva teve como ponto de partida a avaliação do gráfico da taxa de permanência dos alunos do curso técnico integrado em agropecuária entre 2015 e 2016 e durou 45 minutos.

Como instrumentos de coleta de dados foram aplicados dois tipos de questionário, o primeiro para 98 alunos residentes e ex-residentes e o segundo para 12 membros da equipe gestora, que atuam diretamente com os alunos residentes, dentro das suas competências e não necessariamente de maneira exclusiva. No grupo de gestores existem profissionais de diferentes competências, como, por exemplo: assistente social, psicólogo, nutricionista, coordenador do setor, assistente de alunos e vigilantes.

O primeiro questionário foi intitulado, “Gestão: os impactos da oferta de residência estudantil para os estudantes contemplados do IFB – Campus Planaltina”. Composto por quatro questões, pretendeu-se identificar o perfil do servidor, destacando o tempo de atuação do grupo entrevistado, assim como sua opinião a respeito da oferta da residência estudantil como um bem público, gratuito e de qualidade. Outro ponto de análise foi o rendimento acadêmico do grupo de formandos em 2017, do Curso Técnico em Agropecuária, com alto índice de aprovação registrado. Por fim, buscou-se identificar as expectativas dos membros quando se pensa no futuro da política de assistência estudantil — residência estudantil — para os próximos anos.

O segundo questionário — “Os impactos da oferta de residência estudantil para os estudantes contemplados do IFB – Campus Planaltina”, aplicado para os alunos residentes e ex-residentes, objetivou traçar o perfil do grupo que aceitou participar da pesquisa. Com as demais questões, pretendeu-se dimensionar o grau de concordância com as afirmativas retiradas dos princípios da própria política de assistência estudantil. Foram elas:

- 1) A residência estudantil possibilita ao aluno uma educação como um bem público, gratuito e de qualidade;
- 2) Oferecer residência estudantil é cumprir com o compromisso com a qualidade dos serviços prestados;
- 3) A residência estudantil possibilita a igualdade de direito no acesso ao atendimento, sem discriminação de qualquer natureza.

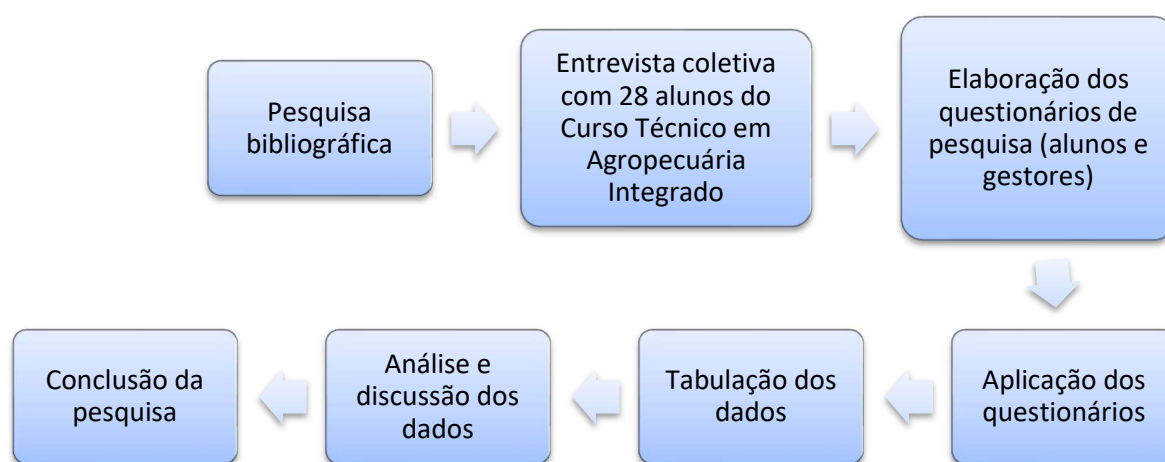
Para julgar as afirmativas, o entrevistado teve acesso a uma escala intervalar, isto é, com intervalos ordenáveis e significativos (Doane & Seward, 2014, p. 29). A escala escolhida para o contexto desta pesquisa foi a *Escala Likert*. Para este questionário, percebeu-se como

suficiente a utilização de quatro pontos, isto é, sem a opção central neutra, para que o entrevistado tenha que expor seu posicionamento.

Ainda na construção do questionário de pesquisa para os alunos, foram selecionadas duas questões de identificação de itens, objetivando elencar as vantagens e as desvantagens de ser um residente. Nestas questões, o aluno pode escolher tantas quantas vantagens ou desvantagem identificar, assim como acrescentar aquelas que achar necessárias.

O fluxo da pesquisa, conforme detalha o fluxograma a seguir, descreve seis etapas principais da pesquisa, com etapas que se Inter complementam.

Figura 2 - Fluxograma da pesquisa



Fonte: Elaborado pelo autor

O instrumento de registro de dados da entrevista coletiva foi a gravação do áudio do debate, para posterior registro das principais falas; já para os questionários foi escolhida a ferramenta online *Google Form*, que, segundo Alencar (2007), é um serviço que tem por objetivo facilitar a criação de formulários e questionários diversos.

O serviço está disponível gratuitamente para todos os que possuem uma conta *Google* e pode ser acessado em diversas plataformas, como web, desktop e celular. Ainda segundo o autor, o formulário online é útil para todos aqueles que queiram fazer um formulário de pesquisa ou de coleta de opiniões, como no caso desta pesquisa.

CAPÍTULO IV - RESULTADOS E DISCUSSÃO

O capítulo tem como objetivo descrever e analisar as informações obtidas por meio dos instrumentos de coleta de dados descritos nos procedimentos metodológicos, buscando garantir os objetivos específicos desta pesquisa e verificando o alcance do objetivo geral, que é identificar os impactos da oferta de residência estudantil para os estudantes contemplados no período de 2015 a 2018 no CPLA, sob a ótica da promoção da garantia do direito à educação e fazendo parte de uma rede de ações para a promoção do acesso, permanência e êxito dos alunos do Campus Planaltina.

4.1. Entrevista coletiva: os desafios e as possibilidades sob a ótica dos estudantes

A Constituição Federal assegura a todos os brasileiros o direito à educação, existem diversas formas de concretizar esse direito e a consolidação implica promover a democratização do acesso e condições objetivas para a permanência e o êxito dos estudantes. O êxito acadêmico, ou seja, aprovação no curso é um dos primeiros impactos percebidos ao garantir a permanência do aluno. Foi o que aconteceu no Campus Planaltina em 2017 e se tornou o contexto para o debate da entrevista coletiva, como será tratado abaixo.,

No Campus Planaltina, em 2017, identificou-se em uma turma do último ano do Curso Técnico em Agropecuária Integrado ao Ensino Médio uma característica com potencial de análise: a quantidade de alunos residentes na turma. Considerando tratar-se do último ano do curso, o fato de haver elevado número de residentes parecia revelar a importância da residência estudantil para a permanência dos estudantes e este foi o primeiro ponto de discussão.

Na ocasião, de um total de 48 alunos matriculados nas duas turmas do último ano do ensino médio do Curso Técnico em Agropecuária, foi possível perceber que 50% dos matriculados eram residentes, isto é, uma das turmas poderia ser formada unicamente por alunos residentes — e, na ausência desses, esta turma não existiria.

Identificar as percepções da entrevista coletiva quando se trata de permanência e evasão, se mostrou necessário como diagnóstico e fundamentação para as outras etapas da pesquisa, como a construção dos questionários de pesquisa. Para este objetivo, a entrevista coletiva foi escolhida como metodologia apropriada.

Inicialmente, contextualizou-se ao grupo de 28 alunos (entrevista coletiva) que em 2017 houve um grupo de terceiro ano do Curso Técnico em Agropecuária Integrado formado

em sua maioria por residentes e que ao finalizarem o curso, percebeu-se que todos aqueles obtiveram aprovação. A partir desta informação, seriam debatidas as implicações que uma residência estudantil poderia acarretar na vida acadêmica e social dos alunos.

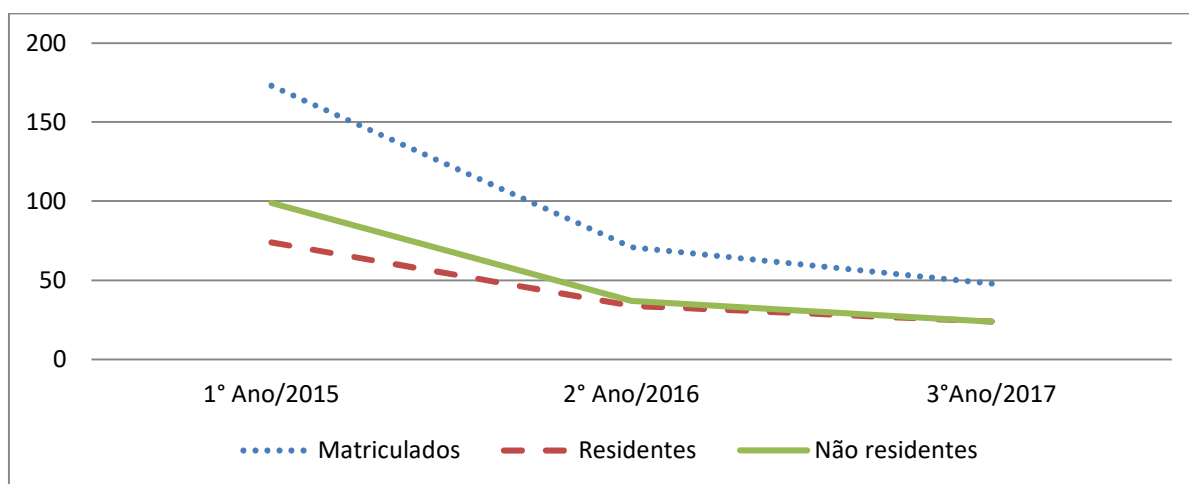
Antes da análise, destacou-se que todos poderiam opinar sobre a realidade de ambos, residentes e não residentes, mas que as opiniões deveriam ser compartilhadas e debatidas coletivamente sempre que possível, dando espaço para uma reflexão mais apurada.

A escolha de inserir os alunos não residentes se respalda pela condição deles como avaliadores externos, ou seja, pela visão de quem percebe a oferta, mas não faz parte dela, a sociedade. Os diferentes olhares sobre o mesmo assunto enriquecem o debate, conseqüentemente motiva uma análise mais profunda dos alunos residentes sobre a própria realidade.

Para contextualizar o debate da entrevista coletiva, foi apresentado o gráfico 03, que mostra dados sobre a permanência do grupo supracitado. Observou-se então que houve uma alta taxa de reprovação no primeiro ano, tanto para alunos residentes quanto para os não residentes. Entretanto, nos outros dois anos do curso, em 2016 e 2017, a comparação entre a taxa de reprovados residentes e não residentes ficou muito próxima.

Essa primeira constatação pode indicar, neste momento, que as dificuldades apresentadas pelos residentes e não residentes começaram a tornar-se parecidas — excluindo aqui possivelmente o fator “moradia” como maior desafio para a permanência no curso. Essa característica será avaliada ao final com base na contribuição de 98 alunos residentes e ex-residentes, onde, a partir de suas contribuições, será verificado se usufruir da assistência estudantil – residência estudantil foi fator significativo ou não para que eles permanecessem no curso e alcançassem o êxito em sentido amplo.

Gráfico 3 - Permanência no Integrado entre 2015 e 2017



Fonte: SGA – Sistema de Gestão Acadêmica

Observando a situação concreta, êxito dos alunos residentes formados em 2017, constatou-se uma alta taxa de evasão no primeiro ano, sobre isso, a entrevista coletiva indicou possuir diversas variáveis para esse cenário e o fato de estar residente não garante por si só a permanência em um primeiro momento.

Segundo eles, outros fatores geram a alta evasão no primeiro ano, como a quantidade de alunos por turma, em média 45, o que dificulta o acompanhamento pelos professores, a falta de maturidade de alguns colegas de classe, por não saberem se o curso técnico escolhido era o que procuravam e pelo fato de que alguns não gostavam da escola agrotécnica, estando ali por escolha unilateral dos seus responsáveis.

Ao avaliar a permanência nos dois próximos anos, o grupo desatacou que os alunos amadurecem ao longo dos três anos, mesmo que alguns amadureçam mais do que outros — o que de fato é esperado, já que, com base em Adamo (1985, p. 16-19, como citado em Ruzany 2008, p. 22), a adolescência não pode ser considerada um período de transição, caracterizando-se muito mais como parte de um processo de amadurecimento e de intenso aprendizado de vida.

Entender que para permanecer há influência de um conjunto de fatores, Gomes (2005), descreve a estrutura peculiar dos sistemas educacionais, se assemelhando a uma cebola, com sucessivas camadas que influenciam a aprendizagem. O autor destaca despesas, instalações, tempo letivo, professores, clima e gestão escolares, efeitos dos colegas, alocação da matrícula e do espaço, como ações que contribuem para a efetividade na sala de aula e a formação de turmas.

Para Gomes (2005) é possível atuar sobre os fatores intraescolares, no seu âmbito de influência e os gestores precisam se apropriar dessa responsabilidade e receber todo o apoio técnico, jurídico e tecnológico, entretanto os fatores extraescolares devem ser minimizados na medida do possível pelas escolas, sob o risco de absorção e sobrecarga de responsabilidades alheiras – da sociedade, gerando frustração e perda de foco na atuação.

Após a coleta de dados, a partir da entrevista coletiva, foi possível criar duas categorias para a temática: os desafios e as possibilidades ao se tornar um aluno residente. A primeira categoria é “vantagens de estar residente” e a segunda “desvantagens de estar residente”.

Com foco nas vantagens, foram destacadas pelo grupo, o tempo extra para estudar; a não necessidade de utilizar o transporte público todos os dias, segundo eles, sempre lotado; não precisar acordar muito cedo para ir à aula; ter alimentação balanceada por nutricionista; ter mais condições de estudos em grupos; ter acesso à Internet via Wi-Fi e ter o horário noturno livre para estudar nos diferentes espaços do campus, como biblioteca, espaços comuns e quarto.

Sobre as vantagens é possível perceber o destaque para facilidade na logística diária, o traslado da escola para casa e de casa para a escola e o destaque para percepção da inserção em espaços para estudos, com uma maior oferta de horários e espaços.

O grupo também destacou as desvantagens e as principais foram ficar longe da família ter de se alimentar de forma diferente do que costumavam; ficar alerta ou ter que cuidar dos pertences pessoais de maneira mais cuidadosa e dividir o banheiro, em média, com mais seis pessoas, ou seja, questões relacionadas ao novo formato de moradia e os desafios de dividir o espaço com muitas pessoas.

Para a entrevista coletiva, quando não residentes, os alunos têm as refeições feitas pela família, têm seu espaço individual ou dividido com os irmãos, encontram com os parentes todos os dias, possuem banheiro dividindo com poucas pessoas, têm sua cama de costume; podem estudar com tranquilidade, sem limite de horário, e possuem Internet, geralmente de boa qualidade.

O ponto de vista da permanência, a residência estudantil tem se mostrado como fator fundamental para os alunos que moram distantes do campus ou em lugares cuja logística de transporte é precária ao ponto de prejudicar a frequência regular no curso. Entretanto ao avaliar as vantagens de não ser residente, percebe-se a ausência da possibilidade de viver um intercâmbio cultural, da experiência de aprender com diferentes perfis de pessoas e da ausência de oportunidades de fortalecer a formação de maneira coletiva, desta forma, para os alunos residentes, há indícios de impactos sociais.

Considerando que a política pública foi executada, alguns gerenciando – os gestores - e outros usufruindo – os alunos - há olhares diferentes para o mesmo objeto, a oferta. Para analisar a ótica equipe gestora e dos alunos residentes, com relação à oferta da residência estudantil, foram aplicados questionários de pesquisa, cujas contribuições serão detalhadas nas próximas páginas.

4.2. A residência estudantil pela visão dos gestores

Os gestores são aqueles servidores, cujo trabalho está direta ou indiretamente ligado à oferta da residência estudantil, como por exemplo, coordenador de residência, assistente social e vigilantes. Este grupo, formado por 12 pessoas, é responsável por tornar real, preservar, fiscalizar e fortalecer a oferta da política pública, dentro de suas atribuições.

A equipe gestora do Programa de residência estudantil tem um perfil experiente, já que onze dos doze profissionais têm suas atividades ligadas à execução da política por no mínimo

dois anos e a maioria, sete gestores, já está inserida nesta atividade por mais de cinco anos, o que qualifica as contribuições desses.

Mesmo experientes, foi possível identificar que os gestores não recebem qualquer formação obrigatória a respeito da oferta da política pública e baseiam suas ações na formação prévia, na experiência de vida ou em formação complementar opcional. Entretanto, um perfil de gestor específico precisa ser desenvolvido para este contexto, como base na contribuição abaixo, quando um dos gestores avaliou o primeiro princípio da política de assistência estudantil: “Art. 3º [...] I - educação como um bem público, gratuito e de qualidade.”

O Gestor 08 descreve que aquele que trabalha com alunos residentes precisa ter muito clara sua função, pois, segundo ele, é possível encontrar pessoas que acham que estão fazendo um favor — e não é isso. Para o gestor, a residência estudantil é um direito, principalmente para os que têm dificuldades de acesso ao *campus* por causa da distância ou da falta de transporte público.

Outros membros da gestão avaliaram o primeiro dos nove princípios⁹ da Política de Assistência Estudantil do IFB — solicitou-se uma avaliação e uma justificativa se assim o entendesse necessária. Os gestores, em sua maioria, concordam que o programa de residência estudantil garante um direito do aluno, principalmente para os que moram em outros estados:

“Sim, pois os residentes não possuiriam condições de estudar tão longe de sua residência caso não tivessem essa oportunidade.” (Gestor 05)

“A residência estudantil é de fundamental importância para eles, principalmente para os alunos de outros estados.” (Gestor 06)

“Sim, concordo, principalmente para os alunos de outros estados.” (Gestor 07)

Na condição de residente, o aluno precisa de um clima que oportunize o seu desenvolvimento acadêmico e social, conforme os seguintes gestores, que apresentam as possibilidades que um aluno tem quando está na condição de residente:

⁹ Art. 3º A Política de Assistência Estudantil do IFB obedecerá aos princípios de:

I – educação como um bem público, gratuito e de qualidade;

II – compromisso com a qualidade dos serviços prestados;

III – igualdade de direito no acesso ao atendimento, sem discriminação de qualquer natureza;

IV – posicionamento em favor da equidade e da justiça social, que assegure o acesso, a permanência e a conclusão do curso.

V – reconhecimento da liberdade e da autonomia – como aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber – como valor ético central;

VI – fortalecimento da formação humanística no processo de aprendizagem do educando;

VII – empenho na eliminação de todas as formas de preconceito e discriminação, fomentando o respeito à diversidade e à discussão das diferenças;

VIII – comprometimento com educação de qualidade para jovens e adultos trabalhadores que tiveram seu processo formativo interrompido;

IX – incentivo à participação democrática da comunidade nos processos decisórios.

“O aluno pode aproveitar melhor seu tempo para estudo usando a biblioteca, participando mais efetivamente dos atendimentos oferecidos pelos professores e monitores, além de atividades práticas nas UEPs, quando fazem plantão ou estágio aos finais de semana.” (Gestor 09)
“Com a residência o aluno tem mais tranquilidade para dar mais ênfase nos seus estudos, principalmente com refeições e a segurança que advém de ser um aluno residente.” (Gestor 03)

Assim, acredita-se que um conjunto de fatores pode contribuir para uma oferta qualitativa, como descreve o próximo gestor:

“Concordo que o programa é uma forma de garantir o acesso, mas só ele não promove a permanência, embora seja um fator muito importante. Os aspectos de permanência precisam ser diversos, há o fortalecimento emocional, suporte familiar, acompanhamento pedagógico, atividades de lazer e socialização, que também são importantes, principalmente para o público juvenil.” (Gestor 10)

Avançando no questionário, a equipe avaliou o fato ocorrido em 2017, quando nenhum aluno residente reprovou o 3º ano do Ensino Médio Integrado em Agropecuária. Com as contribuições, foi possível identificar que ações conjuntas geram resultados positivos, como o resultado apresentado. As opiniões tendem a ser positivas, vejamos:

“Muito positiva. Isso demonstra que a instituição está dando a devida atenção aos alunos. Ações como a prática de esportes no período noturno com certeza ajudou muito.” (Gestor 02)
“Isso só comprova a importância da residência, sendo de certa forma um meio de incentivar os não residentes.” (Gestor 03)
“Vejo como resultado do trabalho pedagógico que tem sido desenvolvido com os estudantes e a articulação das coordenações e docentes nos acompanhamentos deles, principalmente os oriundos dos processos educacionais deficitários.” (Gestor 08)
“Acredito que seja uma resposta das ações articuladas pela equipe de apoio ao ensino, CDAE e coordenação pedagógica, bem como na atuação dos docentes e coordenação de curso. Para além do rendimento, no acompanhamento integral do aluno, fortalecendo os vínculos, ampliando as estratégias e a comunicação com a escola.” (Gestor 10)

Ao finalizar a análise proposta aos gestores, buscou-se captar as expectativas deles com relação ao futuro da política de assistência estudantil. Quais as suas expectativas a respeito da política de assistência estudantil: residência estudantil para os próximos anos? O que precisa melhorar e o que precisa se fortalecer?

Foi possível categorizar em quatro eixos de mudança: a) equipe CDRE; b) estrutura física; c) serviços de apoio e d) família e comunidade. A tabela 01 apresenta os pontos identificados por eles para que aconteça uma melhora na oferta do programa de residência estudantil.

Tabela 1 - Pontos para o melhoramento da oferta pela equipe gestora

Equipe CDRE	Estrutura física
<ul style="list-style-type: none"> - Estabelecer equipe mínima e exclusiva para atuar no serviço, com código de vaga específico para esse setor. - Contratação de uma pedagoga que pudesse prestar atendimento e acompanhamento exclusivo aos residentes. - Apoio psicopedagógico específico para esses alunos. - Dispor de mais servidores no noturno para dar uma melhor assistência aos alunos. - Dispor de vigilantes mulheres para fazer a vigilância das residências femininas¹⁰. - Fomentar a participação dos alunos na gestão da residência. - Investir na capacitação de todos os profissionais que trabalham na residência estudantil, do coordenador aos colaboradores terceirizados que prestam serviço na residência (servidores do refeitório, da limpeza, da manutenção, etc.), principalmente por meio de formação inicial e continuada. 	<ul style="list-style-type: none"> - Melhorar a estrutura dos quartos e banheiros, possibilitando uma boa estadia. - Ter áreas residenciais definidas para os alunos do superior, subsequente e do ensino médio; definir áreas comuns e exclusivas para cada perfil. - Melhorar a questão da segurança, com a instalação de câmeras de vigilância em todas as áreas comuns. - Ter uma melhor equipe de manutenção e serviços à disposição.
Serviços de apoio	Família e comunidade
<ul style="list-style-type: none"> - Estabelecer programas vinculados à residência, com o objetivo de fortalecimento da assistência em saúde e transporte dada a localização do <i>campus</i>. - Melhorar itens básicos de recreação e diversão, com maiores oportunidades de descontração aos discentes. - Melhorar a questão disciplinar. - Fomentar a execução de projetos com os alunos que envolvam a socialização com todos os setores do <i>campus</i> e conscientização quanto ao zelo pelo patrimônio público. - Fortalecer a questão do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE no que diz respeito à Educação Nutricional. - Ter mais qualidade e variedade nas refeições oferecidas pelo refeitório do <i>campus</i>. 	<ul style="list-style-type: none"> - Estabelecer programas vinculados à residência, com o objetivo de fortalecimento do vínculo e de envolvimento da família.

Fonte: elaboração própria a partir dos dados coletados na pesquisa.

¹⁰ No segundo semestre de 2018, uma servidora terceirizada foi contratada para suprir essa demanda.

Os gestores, ou seja, todos aqueles que fazem a gestão da oferta e não somente o coordenador, indicaram importantes pontos, que podem ser resolvidos em nível local, com os próprios membros da equipe ou em nível hierárquico imediato, com o diretor geral e com o auxílio da instância máxima, a reitoria.

A necessidade de investimento na capacitação dos profissionais, que trabalham na residência estudantil, um dos pontos de destaque, pode ser motivador para a implementação de projetos interventivos, assim como para a necessidade de estabelecer programas vinculados à residência com o objetivo de fortalecimento do vínculo e de envolvimento da família, pois como será apresentado ainda neste capítulo, 62,1% dos alunos na condição de residente, consideram como maior desvantagem de estar residente a saudade que sentem da família, sendo que esta incomoda mais do que a falta de privacidade, sendo a segunda mais indicada por eles (35,8%).

Para os gestores, a residência estudantil tem forte influência na permanência dos estudantes, com foco para os que são de outros estados e para o que possuem graves problemas com o transporte público, de fato, para eles, permanecer é fundamental, mas o êxito só será alcançado quando outras ações forem executadas, como a promoção do esporte, cultura e lazer, que tem sido feito, mas precisa melhorar, como indicado por eles.

A equipe gestora tem clareza do desafio e reponsabilidade que é gerir uma residência estudantil, entretanto há fragilidade no preparo técnico desses, pois respaldam suas ações pelas experiências, que possuem de maneira significativa, e por mais que ser experiente seja um ponto positivo, a mesma sem respaldo técnico pode ser frágil. O grupo, quando indica os pontos que precisam melhorar, solicitam apoio especializado, transparecendo consciência das limitações da atual equipe, ou seja, demonstrando maturidade e responsabilidade com a oferta.

Os gestores possuem um olhar técnico sobre a oferta, percebendo pontos de atenção em diferentes abordagens, estrutura física, apoio especializado e apoio da família. E os estudantes? Como estes percebem a oferta da residência estudantil?

4.3. A residência estudantil pela visão dos residentes

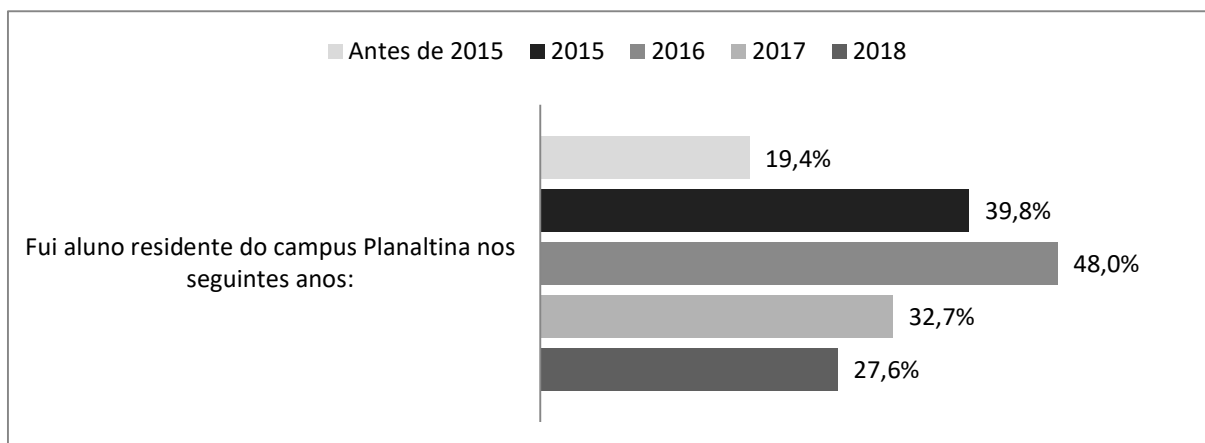
A residência estudantil do Campus Planaltina atende por semestre entre 150 e 200 pessoas de diversos perfis, idades, interesses e histórias, o que torna o desafio de entregar um serviço de qualidade ainda maior. Nesta etapa da pesquisa, os alunos serão protagonistas na avaliação dos impactos acadêmicos e sociais que a residência estudantil oportunizou e sabendo da heterogeneidade do grupo, é importante citar Moura (2011) que descreve bem o momento em que os alunos, em fase de desenvolvimento, passam, sendo seres únicos, vivendo no coletivo e sendo transformados por ele.

A necessidade de o homem ter sua própria marca, sua individualidade, é algo inerente ao próprio ser social, cuja identidade preserva-o em originalidade e diferenças como indivíduo, ao qual se supõe que sejam asseguradas possibilidades de realizar seu potencial criador, o que o torna, ou que o faz desenvolver sua própria identidade no mundo. (Moura, 2011, p. 45).

Respeitar a individualidade dos alunos, em um contexto em que o coletivo deve ser priorizado, cria-se um ambiente rico para o seu desenvolvimento como ser social, por isso, os impactos sociais podem ser identificados com essa experiência. Entretanto identificar esses impactos demanda uma análise cuidadosa da parte do aluno e desta forma, ao responder o questionário de pesquisa, ele passou por diferentes tipos de análise até chegar à última pergunta, que entrou no mérito dos impactos acadêmicos e sociais.

Antes de analisar as contribuições dos alunos, caracterizou-se o perfil do grupo e foi identificado que houve representatividade de experiências vividas entre os anos 2015 e 2018, conforme o gráfico 04, onde poderiam indicar todo o período em que estiveram como residentes nesse intervalo. Nesse gráfico é possível perceber que o residente pode ter vivenciado essa experiência por mais de um ano.

Gráfico 4 - Tempo pelo qual os alunos estiveram residentes



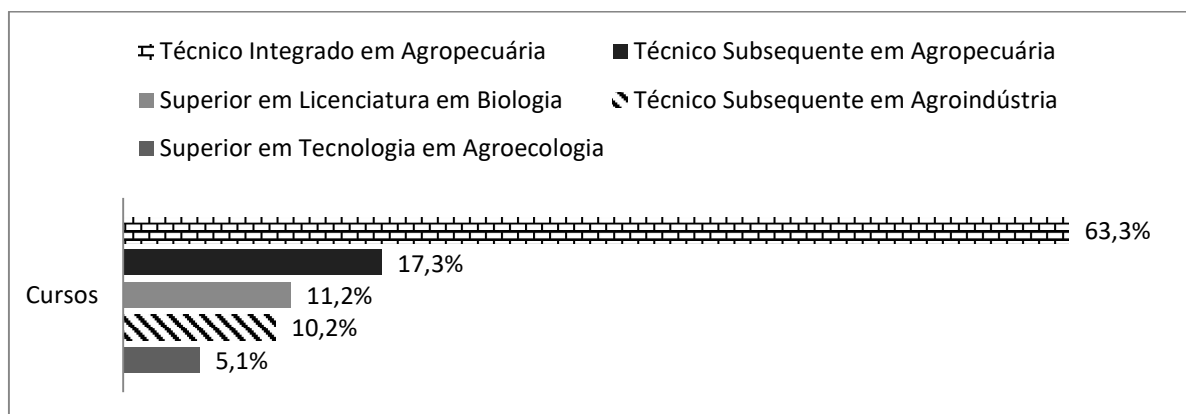
Fonte: dados da pesquisa.

Se tratado dos cursos que mais tiveram alunos residentes representados nesta pesquisa, conforme o gráfico 05, o curso técnico em agropecuária integrado ao ensino médio foi o que mais esteve presente, com 63,3% dos participantes. Que está em acordo com o diagnóstico apresentado no Gráfico 2 - Distribuição de alunos residentes por curso entre 2015 e 2018.

Esse fato revela o desafio de atender o público mais jovem de todos os públicos do Campus Planaltina, com necessidades de acompanhamento específicas e cuidados obrigatórios para residentes menores de idade. Sobre os demais cursos a representação foi de 36,7%.

Um fato importante sobre as matrículas nos cursos do IFB é que um aluno pode ter até duas matrículas concomitante, em níveis diferentes de ensino, o que justifica a marcação de alguns em mais de um curso. Outra situação possível é o aluno residente ter finalizado um curso e agora estar matriculado em outro, continuando como residente estudantil. Essa realidade é representada por aproximadamente por 7% dos alunos que participaram da pesquisa.

Gráfico 5 - Percentual de residentes por curso



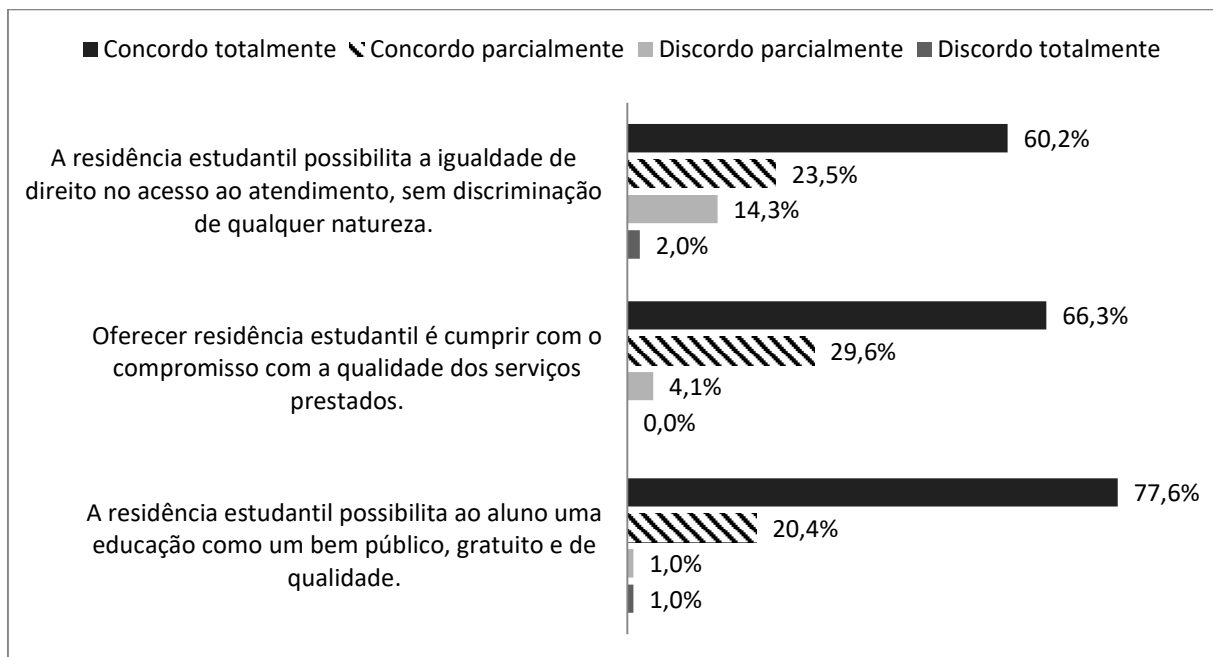
Fonte: dados da pesquisa.

A política de assistência estudantil está pautada em princípios que sustentam a oferta como direito (PAE - Resolução n. 14 de 2014, art. 3º) e se tratando de um direito do aluno, é importante saber se este concorda ou não com os princípios que regem essa política. O artigo terceiro apresenta nove princípios¹¹, porém, para a sondagem com os alunos foram escolhidos os três primeiros.

¹¹ Art. 3º A Política de Assistência Estudantil do IFB obedecerá aos princípios de: I – educação como um bem

Ao analisar se os alunos percebem os três primeiros princípios da política de assistência estudantil como condizentes com a realidade em que vivem, observou-se, com base no gráfico 06, que respectivamente 60,2%, 66,3% e 77,6% concordam totalmente com os princípios 3, 2 e 1, contra 14,3%, 4,1% e 1%, que discordam parcialmente dos mesmos princípios, a taxa de discordância total foi mínima para os três princípios.

Gráfico 6 - Grau de concordância com os primeiros princípios da PAE



Fonte: elaboração própria a partir dos dados coletados na pesquisa.

Com base nos dados anteriores, a maioria dos alunos concordou que os princípios da PAE estão ou estiveram presentes no contexto da vivência de um residente. Essa percepção os instrumentaliza para uma análise mais refletida, quando forem apontar os impactos de ser residente estudantil.

Karino e Laros (2017, p. 96) descrevem que, além da potencialidade individual e de outros aspectos que o aluno traz consigo, fatores contextuais exercem forte influência no aprendizado — e esse fator externo pode influenciar na maneira como o aluno percebe a

público, gratuito e de qualidade; II – compromisso com a qualidade dos serviços prestados; III – igualdade de direito no acesso ao atendimento, sem discriminação de qualquer natureza; IV – posicionamento em favor da equidade e da justiça social, que assegure o acesso, a permanência e a conclusão do curso. V – reconhecimento da liberdade e da autonomia – como aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber – como valor ético central; VI – fortalecimento da formação humanística no processo de aprendizagem do educando; VII – empenho na eliminação de todas as formas de preconceito e discriminação, fomentando o respeito à diversidade e à discussão das diferenças; VIII – comprometimento com educação de qualidade para jovens e adultos trabalhadores que tiveram seu processo formativo interrompido; IX – incentivo à participação democrática da comunidade nos processos decisórios.

oferta. Por isso a subjetividade precisa ser considerada, o que leva esta análise à sua terceira etapa: elencar as vantagens e desvantagens identificadas pelo aluno ao ser um residente.

4.3.1 Vantagens e desvantagens pelos residentes do Ensino Médio Integrado

Aos participantes, foi solicitado que indicassem as vantagens (tabela 2) e desvantagens (tabela 3) ao estar na condição de residente estudantil; além disso, foi disponibilizado um espaço para acrescentar vantagem ou desvantagem não identificada na relação. Para ampliar a análise, não foi delimitada a quantidade de pontos indicados, podendo o aluno marcar todas ou nenhuma delas.

O grupo então indicou 19 vantagens e as que mais receberam destaque foram respectivamente: utilizar a biblioteca em horários mais tranquilos; praticar esportes no campus, em horários tranquilos; não se preocupar com o transporte todos os dias, seja ele público ou de outros tipos: como vans escolares, transporte particular, entre outros; participar de atividades extraclases e participar de atividades de cultura e lazer no campus.

Para este perfil, as vantagens podem ser divididas em duas categorias, a primeira: “vantagens pedagógicas” – acesso à biblioteca, esporte, atividades extraclases e cultura e lazer. A segunda é a vantagem sobre a logística de transporte, onde o foco foi o fato de não precisar de transporte, seja público ou não, o que de fato condiz com a realidade local, que apresenta desafios na oferta de transporte público e o campus fica localizado em área rural.

Tabela 2 - Vantagens de residente no CPLA – perfil 1

Utilizar a biblioteca em horários mais tranquilos.	20%
Praticar esportes no campus, em horários tranquilos.	16%
Não se preocupar com o transporte público todos os dias	16%
Não se preocupar com o transporte todos os dias.	16%
Participar de atividades extraclases.	16%
Participar de atividades de cultura e lazer no campus.	16%

Fonte: elaboração própria a partir dos dados coletados na pesquisa.

O aluno, ao realizar o exercício de avaliar as vantagens de ser residente, inicia um processo de identificação dos impactos, da mesma forma, o exercício de identificar as desvantagens¹² de ser residente estudantil gera reflexão.

Avaliando as principais informações, agora com relação às desvantagens, os alunos citaram 13 tipos, sendo as mais frequentes respectivamente: saudade da família; dificuldade em se alimentar; ter alimentação pré-estabelecida pela nutricionista da UAN - Unidade de

¹² Todas as vantagens e desvantagens elencadas pelos alunos estão descritas no Anexo IV.

Alimentação Nutricional; dificuldade no convívio com os colegas; falta de privacidade e saudade dos amigos.

Tabela 3 - Desvantagens de residente no CPLA – perfil 1

Saudade da família.	30%
Dificuldade em se alimentar.	16%
Ter alimentação pré-estabelecida pela nutricionista da UAN – Unidade de Alimentação e Nutrição.	15%
Dificuldade no convívio com os colegas.	15%
Falta de privacidade.	14%
Saudade dos amigos.	10%

Fonte: elaboração própria a partir dos dados coletados na pesquisa.

Sobre os dados, percebe-se uma forte presença dos desafios de sair da zona de segurança, ou seja, do ambiente de referência que é a própria casa. Pela média de idade desse grupo, para muitos é a primeira experiência de viver longe da família, o que aparece em destaque nos dados quando tratam como principal desvantagem a saudade que sentem dos familiares.

A informação anterior, associada com a segunda e a terceira desvantagens, que trataram da alimentação, pode estar relacionada com a dificuldade em se adaptar a uma alimentação diferente da que recebe em casa, pois a alimentação aproxima a pessoa de suas origens – sua família.

A importância de se observa a alimentação dos residentes tem respaldo na antropologia, pois segundo Romanelli (2006), se o preparo de comida adquire expressiva visibilidade social no presente, o interesse da antropologia pela alimentação tem sido constante, porque ela faz parte de um conjunto de experiências humanas. Ainda segundo o autor:

O ato de saciar a fome é específico de cada sociedade e em torno da comensalidade construíram-se inúmeras regras que fazem parte de um sistema, já que alimentação não é prática isolada, mas integra um sistema simbólico e relaciona-se com outros sistemas. Se todos precisam comer, não o fazem de um mesmo modo. (Romanelli, 2006, p. 335).

Para fins de comparação, anexo IV, a alimentação pré-estabelecida pela nutricionista da UAN - Unidade de Alimentação Nutricional ficou na 14ª posição entre 19, ou seja, ainda que seja uma vantagem, para a maioria ter esse mesmo serviço não é a mais vantajosa. O cuidado aqui é revisar essa opinião, quando a questão da saudade da família for sanada, para então entender efetivamente a relação dos alunos com a alimentação ofertada.

Ainda analisando as desvantagens apontadas, percebe-se o desafio de morar longe da família pela primeira vez e esses indicadores podem ser estratégicos como ponto de

partida para ações que minimizem esses desconfortos — por exemplo, uma possibilidade seria promover ações de integração entre as famílias, criar diferentes espaços de convivência entre os alunos para que criem laços de amizade e percebam que podem agregar pessoas no seu referencial de confiança, etc.

Ao caracterizar o perfil dos alunos residentes que participaram da pesquisa, dois grupos distintos foram identificados, um de alunos menores de idade - curso técnico integrado ao ensino médio - e alunos maiores de idade - cursos superiores ou técnicos subsequentes. O primeiro perfil já foi analisado, agora as contribuições do segundo serão estudadas.

4.3.2. Vantagens e desvantagens pelos residentes dos cursos superiores e técnicos subsequentes

O segundo grupo que usufruiu da residência estudantil, foi de alunos em sua maioria maiores, observando os casos em que alunos iniciam o curso próximo de completar a maioridade. Esse perfil se diferencia do primeiro em alguns aspectos, o curso é organizado em apenas um dos períodos do dia: matutino, vespertino ou noturno e além de serem adultos, com residências separadas das dos alunos menores, interação com residentes com o mesmo perfil, mas de cursos diferentes, o que pouco acontece com o primeiro perfil.

O segundo perfil elencou então, 20 vantagens, conforme tabela 04, e as mais frequentes foram respectivamente: não se preocupar com o transporte público todos os dias; ter mais disponibilidade para participar de projetos de pesquisa vinculados ao seu curso; utilizar a biblioteca em horários mais tranquilos; ter mais disponibilidade para participar de atividades de extensão vinculadas ao seu curso; ter mais disponibilidade para ser monitor de disciplinas do seu curso; participar de atividades de cultura e lazer no campus.

Tabela 4 - Vantagens de ser aluno residente no CPLA – perfil 2

Não se preocupar com o transporte público todos os dias.	18%
Ter mais disponibilidade para participar de projetos de pesquisa vinculados ao seu curso.	18%
Utilizar a biblioteca em horários mais tranquilos.	18%
Ter mais disponibilidade para participar de atividades de extensão vinculadas ao seu curso.	16%
Ter mais disponibilidade para ser monitor de disciplinas do seu curso.	16%
Participar de atividades de cultura e lazer no campus.	14%

Fonte: elaboração própria a partir dos dados coletados na pesquisa.

Observando as características das respostas, a questão do transporte apareceu novamente, em acordo com o destaque do primeiro perfil. Já como particularidade desse

grupo, as questões acadêmicas, como atividades de extensão, pesquisa e monitoria apareceram de maneira significativa e assim como no grupo anterior, atividades de cultura e lazer também foram destacadas como uma das vantagens.

A utilização da biblioteca teve destaque em ambos os grupos e mesmo sendo um ambiente independente da oferta da residência estudantil, este fato deve ser levado em consideração, pois se tornou um ambiente estratégico para os alunos e foi visto de maneira valiosa por eles. Por isso, aproximar as ações entre as diferentes coordenações – biblioteca e CDRE – se mostra como encaminhamento para fins de fortalecimento das ações de permanência e êxito.

Se tratando de desvantagens, tabela 5, o grupo indicou 11 itens, respectivamente, maiores desvantagens elencadas foram saúde da família; falta de privacidade; ter alimentação pré-estabelecida pela nutricionista da UAN - Unidade de Alimentação Nutricional; dificuldade em participar de eventos fora do Campus e dificuldade no convívio com os colegas.

Tabela 5 - desvantagens de ser aluno residente no CPLA – perfil 2

Saúde da família.	37%
Falta de privacidade.	25%
Ter alimentação pré-estabelecida pela nutricionista da UAN - Unidade de Alimentação Nutricional.	16%
Dificuldade em participar de eventos fora do Campus.	11%
Dificuldade no convívio com os colegas.	11%

Fonte: elaboração própria a partir dos dados coletados na pesquisa.

Este perfil se destacou no fato de 6,1% informar que não houve qualquer desvantagem em ser residente, fato que deve ser analisado, pois é possível que neste momento o participante não se sentiu instrumentalizado para avaliar a experiência, ou seja, precisa de mais tempo para identificar os impactos.

Sobre as desvantagens, sentir falta da família também ficou em destaque, como no primeiro grupo, e mesmo sendo adultos, sair do ambiente de conforto e segurança familiar é um desafio e junto com isso a alimentação pré-estabelecida também ficou em destaque, perdendo neste caso somente para item “falta de privacidade”, que é uma realidade quando se compartilha um residência estudantil.

Ao analisar as contribuições até aqui, de ambos os perfis, não há expressivas diferenças, apenas especificidades, por isso, a análise dos impactos será feita de maneira global, no próximo tópico.

4.4. Impactos acadêmicos e sociais gerados por uma residência estudantil

A partir de contribuições subjetivas, onde os entrevistados puderam escrever suas respostas, aos alunos foi solicitado que avaliassem o período em que estiveram como residentes, considerando ser possível destacar pontos positivos e negativos.

Os entrevistados foram motivados a descrever quais os principais e possíveis impactos gerados na vida acadêmica ou pessoal a partir da experiência como estudante residente, isto é, como essa experiência os ajudou e/ou atrapalhou durante a formação. Com base nas contribuições, foi possível identificar duas diferentes possíveis áreas de impacto; são elas: acadêmicas e em nível das habilidades sociais.

Para entender melhor do que se tratam essas habilidades, Caballo (1996, como citado em Chaves, Galinha e Gontijo, 2017 p. 100) as descreve como comportamento socialmente habilidoso, isto é, um conjunto de comportamentos emitidos por um indivíduo que, em um contexto interpessoal, expressa seus sentimentos, atitudes, desejos, opiniões ou direitos de um modo adequado à situação, respeitando esses comportamento nos demais, e que geralmente resolve os problemas imediatos da situação enquanto minimiza a probabilidade de futuros problemas.

Se tratando de impactos, os acadêmicos podem ser considerados os mais fáceis de quantificar e qualificar, já que obter aprovação no curso, verticalizar a formação e atuar no mundo do trabalho são fatos e objetivos. A respeito desse tipo de impacto, observou-se na contribuição de um dos alunos a potencialidade de estar na instituição por mais tempo e aproveitar essa oportunidade, tal como descrito abaixo:

“A experiência de ser estudante residente foi muito proveitosa. Proporcionou-me a chance de estudar e desenvolver-me como profissional e como pessoa. Foi o que possibilitou, hoje, ter realizado o sonho de ser uma técnica em agropecuária. Se não houvesse residência estudantil, também não teria feito o curso técnico, tal qual muitos outros não teriam o curso integrado e superior. Em suma, por experiência própria, a residência estudantil é de fundamental importância para que jovens e adultos de outros estados e municípios possam ter acesso à educação e formação de qualidade.” (Aluno 06).

Do ponto de vista acadêmico, o aluno está inserido num contexto de espaços mais disponíveis, como a biblioteca, o laboratório de informática, quadras de esporte, sala de TV e praças da instituição. O contato com a pesquisa também pode ser um destaque para alunos residentes, como na seguinte fala:

“Foi excelente para mim, evoluí muito no curso de agroindústria, tive uma maior percepção do campo de pesquisa científica (muito útil hoje em dia). Agradeço muito às professoras e às técnicas. Tive muitas oportunidades de trabalhar como Monitor em atividades práticas no Esporte, Cultura e Lazer.” (Aluno 10).

“Me ajudou muito, era muito difícil ir para o IFB e voltar todos os dias, com a residência fico despreocupada, posso estudar tranquilamente usando os espaços do campus, fazer todos os trabalhos, posso pegar matérias nos dois turnos para terminar logo o curso. Foi muito bom conseguir a residência.” (Aluno 50).

Ainda avaliando o viés acadêmico, a seguinte fala destaca a possibilidade de complementação da formação, com participação em projetos de pesquisa ou extensão, participação em eventos acadêmicos, como palestras e afins. Outro destaque é a necessidade de ser disciplinado, já que os alunos residentes não podem ter qualquer falta não justificada. Como descrito:

“Ser residente me proporcionou maior tempo disponível para estudar, o que favoreceu meu bom desempenho no curso. Por estar residindo no Campus, tive maiores oportunidades de participar e contribuir em projetos, eventos e palestras, que enriqueceram minha experiência acadêmica. Ser residente me obriga a cumprir com 100% da carga horária do curso, não me permitindo faltar às aulas, e mais uma vez posso me beneficiar com isso. Porém, aqui, eu sinto falta de atividades culturais para poder me distrair um pouco, pois estudar todo o tempo pode ser prejudicial para a nossa vida social.” (Aluno 19).

Desta forma, estar inserido na instituição e em contato direto com tudo o que nela acontece oportuniza ao aluno uma inserção no mundo acadêmico. Entretanto, cada aluno se percebe inserido neste contexto de forma única, pois alguns se sentem completamente estimulados e outros nem tanto. Fatores sociais podem influenciar nesses aspectos de pertencimento.

Cada pessoa chega com sua própria história: enquanto para alguns a estrutura oferecida é a melhor que já tiveram, para outros a mesma estrutura não condiz com o que sempre tiveram e, por isso, ficam sempre à espera de algo além do que a instituição pode oferecer naquele momento. O que fica claro na contribuição do seguinte aluno, que perdeu a residência por possível motivos descritos no Anexo II – Termo de responsabilidade de vaga na residência estudantil.

“Não consegui renovar a residência e abandonei o curso devido à dificuldade de locomoção para o campus. Comida era péssima. Sem comércio perto. Eu não gostava de ser residente, exceto por economizar 4 horas diárias dentro de transporte público” (Aluno 42).

Para alguns residentes, o contato com profissionais especializados — como assistente social, psicólogo, professor coordenador, nutricionista — é algo novo, pois recebem a prestação de serviços que não pareciam ser possíveis no contexto em que viviam, mas que agora estão disponíveis.

Para outros, o contato com esses profissionais sempre foi fácil, entendendo inclusive quais as funções de cada um deles, e por isso podem aproveitar o apoio. Desta forma, os

impactos sociais são subjetivos, porém é possível perceber que algumas habilidades sociais são claramente desenvolvidas, como destacado nas seguintes falas:

“Aprender a ter resiliência”, “tive mais momentos bons e de felicidade do que momentos ruins e/ou infelicidades, isso em se tratando de convívio pessoal.” (Aluno 08)

“Conhecer pessoas diferentes, outras ideologias, outras vivências.” (Aluno 13)

“Ajudou-me a melhorar a comunicação com pessoas de culturas e religiões diferentes da minha.” (Aluno 18)

“Ajudou a conviver com as diferenças dos outros colegas. Respeitar normas”, “Ser responsável com minhas atividades e as de grupos.” (Aluno 21)

As contribuições dos participantes apresentam a maneira como cada um percebe a dinâmica do programa de residência estudantil nesta instituição de ensino. Alguns podem não ter condições de avaliar a experiência ou não sentir que devem opinar — *“Nada a declarar”* (Aluno 07) e *“Nenhum impacto”* (Aluno 15) —, mas ainda assim apresentando sua vivência e indicando os pontos que precisam melhorar, como foi o caso dos seguintes participantes:

“Ter a residência é mais prático por estar perto da sala de aula e estar por dentro de tudo o que acontece no campus. O problema é que vários alunos que residem no campus chamam atenção à falta de diálogo formal e compreensivo dos coordenadores da CDRE. Os problemas, na maioria das vezes, não são resolvidos com diálogo, estão sempre querendo punir os alunos que residem e proibindo certas atividades no campus. Fora isso, com a reforma do 3º pavilhão as coisas irão melhorar muito, pois também chegaram no semestre passado camas novas.” (Aluno 09).

“Ajudou-me pelo fato de ter mais tempo na biblioteca estudando, mas o ponto negativo de ser residente é ter que comer uma alimentação ruim estabelecida pela UAN.” (Aluno 14).

Entendendo a subjetividade de cada experiência, é possível elencar os principais impactos durante ou após a experiência, mesmo para aqueles que não conseguiram identificar pontos negativos, como nestes exemplos:

“Durante o período em que fui residente só tive boas experiências, pois consegui crescer intelectualmente e socialmente e não tenho nenhum ponto negativo sobre a minha experiência como aluno residente. O período que ainda se estende está sendo ótimo, pois tenho ajuda e não preciso me preocupar com transporte.” (Aluno 17).

Na tabela 6, há uma proposta de organização dos impactos por categoria e a partir delas se tornou possível identificar a relação dessas com a promoção da permanência e êxito dos alunos.

Tabela 6 - Impactos acadêmicos e sociais

Impactos acadêmicos	Impactos sociais
- Ser inserido no mundo da pesquisa através de projetos de pesquisa, via editais, trabalhos de disciplinas, eventos científicos externos e intentos.	- Desenvolver habilidades sociais, como ser mais paciente, respeitar as diferenças culturas, religiosas e de gênero.
- Ter condições de ser monitor.	- Ter empatia.
- Participar de projetos de extensão, como, por exemplo, via edital: Programa de Incentivos ao Esporte, Cultura e Lazer – PINCEL.	- Aprender a respeitar normas institucionais.
- Aprender a ter disciplina e organização com os estudos.	- Vivenciar um intercâmbio cultural.

Fonte: elaboração própria a partir dos dados coletados na pesquisa.

Como já se apresentou, “permanecer” implica sentir-se parte do processo e isso pode ser percebido com a frequência e a assiduidade de acordo com o previsto no Projeto Pedagógico do Curso — com aspectos como: sentimento de pertencimento à instituição; participação ativa nas atividades curriculares e em atividades de pesquisa e extensão; identificação com o curso; entre outros.

Os impactos acadêmicos elencados pelos alunos possuem potencial para garantir esta permanência, pois apoia o aluno quando se trata da logística no traslado diário, seja pela distância, escassez de transporte ou custos financeiros.

Já o êxito pode se caracterizar com o desenvolvimento de capacidades cognitivas, operativas e sociais, preparação para o trabalho e para a cidadania, isto é, saber tomar decisões, fazer análises, interpretar informações, ter atitude de pesquisa, saber trabalhar junto, ter capacidade de interferir criticamente na realidade para transformá-la, formar valores éticos, qualidades morais, traços de caráter, atitudes, convicções humanistas e humanitárias.

E pelas contribuições dos participantes da pesquisa, a experiência de viver com pessoas de todos os tipos é ao mesmo tempo desafiadora e rica, pois proporciona o exercício da empatia e do auto reconhecimento como unidade no coletivo e sua importância nesse contexto. Essa mudança de postura, já percebida como impacto social, deverá refletir na vida da pessoa, entretanto em contexto amplo, ou seja, na sociedade.

Vale destacar que o êxito não tem prazo para ser percebido e é possível que somente a longo prazo este se fortaleça na visão do próprio aluno, quando comparar com o seu referencial — por exemplo, quando iniciou a experiência de ser aluno residente.

Outras conquistas podem ser consideradas exitosas, tais como: se sentir mais preparado para conviver em sociedade; habilidades sociais: perceber-se capacitado para mudar de profissão se assim o desejar, sentir-se mais crítico e conhecedor de outras áreas, entre outros sentimentos de empoderamento.

Fica clara a dificuldade de passar por uma experiência de morar fora de casa (em casa há uma rotina e regras claramente definidas), para uma nova residência, a qual, mesmo temporária, tem regras diferentes e obrigações mais rígidas, já que o coletivo tem prioridade sobre o individual.

Quando essa experiência envolve pessoas de diferentes perfis, diferentes cursos e idades, o desafio é muito maior, como pode ser percebido pelas contribuições dos gestores, que entendem a política como fundamental para a garantia do direito do estudante, embora aspectos como fortalecimento da equipe, participação mais ativa das famílias e fortalecimento de cada aluno como ser social precisem ser trabalhados para um fortalecimento da oferta como um todo.

Enquanto os gestores percebem o direito e avaliam as condições físicas e organizacionais da oferta, os alunos percebem com mais sensibilidade os impactos na sua vida acadêmica e social. Percebem principalmente as vantagens, pois estar residente é estar em situação de conforto e de cuidados. Os alunos ainda percebem o potencial de utilizar os diferentes espaços da instituição em horários privilegiados — como o noturno para os que estudam no diurno.

Para os alunos, desenvolver uma postura de saber conviver parece ser importante; muitos destacaram que aprenderam a lidar com situações em que precisaram respeitar as características individuais do próximo, além de saber que ele mesmo possui as suas e que também precisava ser respeitado.

Entretanto, o fator mais crítico, do ponto de vista emocional, foi a falta da família, pois muitos estavam experimentando aquela distância pela primeira vez, e lidar com essa saudade foi destacado como uma das principais desvantagens de ser aluno residente. Isso faz com que um projeto de intervenção seja sugerido, como será apresentado no próximo capítulo.

CAPÍTULO V - PLANO DE INTERVENÇÃO

5.1. Projeto: Apadrinhamento Pedagógico de Residentes Estudantis

INTRODUÇÃO

Estudar é um direito constitucional, mas apresentá-lo desta forma pode causar a impressão de que o ato de estudar é pura e simplesmente a ação de frequentar as aulas, fazer provas e pegar um diploma ou certificado; entretanto, o ato de estudar, aprender e se posicionar como pessoa em constante formação é algo extremamente complexo e perpassa fatores físicos e emocionais.

Silva (2016, p. 1) confirma a dimensão educativa de um espaço de convivência como o em estudo quando afirmam que é preciso conceber a residência estudantil como um espaço de fortalecimento da autonomia do estudante, compreendendo-a como potencial de construir identidades e estabelecer novas redes de sociabilidade.

Para uma pessoa que se vê na situação de sair de casa para estudar em outro município, cidade ou até mesmo outro Estado, o desafio se mostra ser maior, pois, para muitos, a experiência de ficar longe da família se mostra um desafio, que, se não mediado, pode ser tornar um impeditivo para a permanência e o êxito daquele aluno na instituição de ensino.

A pesquisa então identificou como fragilidades a forma como se media a questão das relações que os alunos residentes têm entre si e como sente a ausência da família, seu ponto de apoio. Se a saudade que sentes da família é a primeira na lista de desvantagens para todos os alunos, dos diferentes tipos de curso e idade, ter dificuldade no convívio com os colegas é a quarta desvantagem para os alunos do curso técnico integrado, enquanto que para os alunos dos cursos técnicos subsequente e superiores esta é a quinta de um total de aproximadamente dez elementos. Ou seja, é fator que deve ser considerado ao propor um projeto interventivo.

No caso concreto da residência estudantil do campus Planaltina, que executa a política de assistência estudantil, na qual o Programa de residência estudantil está inserido, já existe no cotidiano das atividades abordagens de mediação de conflitos, porém essa abordagem se mostrou insuficiente e precisa ser apoiada por outros agentes do próprio campus.

No CPLA existem outros servidores, técnicos e docentes que, mesmo estando fora da equipe gestora da residência estudantil, podem apoiar o acompanhamento dos alunos, como

já acontece em casos pontuais, com os chamados “padrinhos de quartos¹³”. Esta ação, por mais que já exista, nem sempre é abraçada pelos servidores, que não sabem exatamente como podem ajudar, por isso, institucionalizar a ação a partir de um projeto, pode fortalecer a ação e ser mais um fator de promoção de permanência e êxito.

Segundo o dicionário online Priberam, “apadrinhar” é o ato de proteger alguém. Há muitos motivos que levam o aluno a deixar os estudos ou não o fazer em sua plenitude. Esses motivos, como descritos na pesquisa, podem estar relacionados ao próprio universo discente ou à própria oferta pela instituição.

Alguns dos problemas enfrentados pelos alunos estão fora do controle institucional, porém outros dependem de ações desenvolvidas por servidores e equipe gestora. O presente projeto tem como objetivo melhorar o vínculo entre alunos e a experiência de ser residente estudantil do Campus Planaltina, tendo como referência um servidor técnico ou docente, que será sua referência para receber conselhos, orientações e ser o ponto de apoio quando sentir necessidade.

JUSTIFICATIVA

Segundo dados da pesquisa, a maioria dos alunos residentes está matriculada no Curso Técnico em Agropecuária Integrado, isto é, são menores de idade e passam em média três anos na instituição. Com média de idade entre 16 e 17 anos, estes alunos e os demais indicaram como maior desvantagem de ser residente a saudade que sentem da família. Outros fatores, entre os dez mais citados, são: dificuldades de focar nos estudos e dificuldade no convívio com os colegas.

A equipe gestora pode usar esses dados para traçar planos de ação para minimizar os problemas vividos pelos alunos residentes, fomentando ainda mais a permanência com qualidade e uma maior chance de êxito.

O Campus Planaltina possui uma equipe de servidores efetivos composta por pouco mais de 60 técnicos de várias especialidades e aproximadamente 70 docentes atuando em diversos cursos. Esses profissionais podem ser um apoio estratégico para a mediação da experiência vivida pelos alunos em relação aos problemas identificados pelos estudantes, de modo, a proposta do apadrinhamento pedagógico surge para conceituar este apoio orientado.

¹³ Os padrinhos de quarto são servidores, técnicos ou docentes, que adoram um quarto e se compromete acompanhar os alunos daquele grupo. A atividade é focada no aconselhamento, orientação e ponto de apoio entre os residentes e coordenação de residência estudantil.

DESENVOLVIMENTO

O projeto será desenvolvido com todos os alunos residentes, aproximadamente 150, distribuídos em quartos de até oito estudantes com características similares, como faixa etária, curso e gênero.

Cada “quarto”, isto é, cada grupo terá a chance de participar do projeto, se assim o entender pertinente, e para isso a equipe da CDRE apresentará aos estudantes a proposta. Se aceito, o projeto entrará na fase de escolha de padrinhos, dois servidores, podendo ser docente ou técnico. O grupo deverá fazer o convite aos servidores e, após o aceite, indicar à coordenação os padrinhos.

A coordenação, se sentir necessidade, poderá ajudar os estudantes na realização do convite aos servidores e agendará uma reunião com os padrinhos para alinhar as ações do projeto, assim como seus objetivos e resultados esperados.

Os padrinhos serão como conselheiros, precisam estar dispostos a ouvir e a conversar com os afilhados, propor ações, buscar apoio externo se sentir necessidade, como psicóloga, assistente social, nutricionista, pedagoga ou qualquer outro servidor do *campus* cujas atribuições estejam vinculadas ao acompanhamento dos alunos.

Também poderá ser feito pelos padrinhos uma comunicação com as famílias, diretamente ou por intermédio da coordenação de residência, sendo esta segunda opção a mais indicada. Os padrinhos também podem promover atividades de esporte, cultura e lazer, como jogos, saraus, lanches, comemoração dos aniversariantes do mês e outras atividades que perceber com potencial de acolhimento.

Atividades pedagógicas podem ser realizadas pelos padrinhos — como, por exemplo, orientar o aluno a organizar seu tempo, identificar as notas baixas e aconselhar ações que promovam a recuperação, como estudos em grupos na biblioteca ou como a participação em aulas de reforço com o professor da disciplina.

Os padrinhos atuam como educadores, também avaliam as habilidades sociais dos residentes, mediando pequenos conflitos e mediando o desenvolvimento de empatia, respeito às diferenças, além do respeito com o espaço coletivo.

Os padrinhos são demandados então a serem acolhedores e conselheiros, isto é, são aqueles servidores que se tornam referência para os alunos e um ponto de apoio institucionalizado para a promoção da permanência e do êxito. Para fortalecer a ação, padrinhos de diferentes quartos podem propor atividade conjuntas, integrando cada vez mais a residência como um todo.

CRONOGRAMA DE ATIVIDADES

Atividade ¹⁴	Período
<ul style="list-style-type: none">- Apresentar aos alunos o projeto e sondar se existe interesse em convidar os padrinhos. (CDRE)- Apresentar o projeto aos candidatos e fazer o convite. (Residentes)	1ª quinzena/1º mês.
<ul style="list-style-type: none">- Receber a confirmação dos padrinhos sobre o aceite em participar do projeto. (Residentes)- Apresentar os padrinhos e madrinhas ao grupo de gestores e criar um cronograma de atividades por quarto. (CDRE)- Agendar encontro diagnóstico com os afilhados, identificar os pontos fortes e fracos do grupo. (Madrinha e padrinho)	2ª quinzena / 1º mês.
<ul style="list-style-type: none">- Reunião dos padrinhos e madrinhas com a psicóloga escolar e com a assistente social do <i>campus</i>.	2º quinzena / 2º mês.
<ul style="list-style-type: none">- Estabelecer contato com alunos que apresentarem diminuição de sua frequência escolar ou outro tipo de comportamento ruim, por motivo de falta de habilidades sociais. (CDRE e padrinhos)	Sempre que necessário
<ul style="list-style-type: none">- Promover encontros para identificar os problemas dos afilhados.- Promover atividades de esporte, cultura ou lazer para o grupo.- Propor encontro com os familiares ou com a equipe gestora para tratar de assuntos de interesse individual do aluno.	Sempre que necessário
<ul style="list-style-type: none">- Promover atividades de encerramento do período letivo.	Final do período letivo.

RESULTADOS ESPERADOS

Espera-se, com este projeto, que os alunos residentes sintam-se mais acolhidos, valorizados, seguros e felizes, contribuindo, assim, para a melhoria de seu rendimento escolar, para desenvolvimento de habilidades sociais, bem como para diminuir os índices de evasão e prevenção do surgimento ou agravamento de transtornos emocionais, como estresse, ansiedade, fobias e depressão.

¹⁴ As pessoas indicadas entre parênteses são as responsáveis pelas atividades.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

“Quem trabalha com alunos residentes precisa ter isso muito claro, pois às vezes encontramos pessoas que acham que estamos fazendo um favor e não é isso. A residência estudantil é um direito.” (Participante da pesquisa, 2018).

O direito de que fala o entrevistado citado acima é o direito à educação, expresso no art. 205 da Constituição Federal brasileira, sendo este um dever do Estado e da família, promovido e incentivado com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. Entretanto, promover direitos básicos requer ações de governo e pessoas que os executem, como no caso da assistência estudantil.

A assistência estudantil está diretamente relacionada com a criação de condições que promovam igualdade para a permanência e o êxito nos cursos. Lynch (1995, como citado em Hora & Lelis, 2017, p. 18) destaca que a igualdade deve ser compreendida como equidade, já que estaria comprometida com todos os membros da sociedade, considerando a heterogeneidade que advêm de gênero, etnicidade, deficiência, religião, orientação sexual ou qualquer outro atributo.

No Brasil, com a Lei n. 11.892, de 29 de dezembro de 2008, que cria a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, Rede Federal, e implanta os institutos federais, ocorre uma expansão e democratização da educação profissional e tecnológica.

O Campus Planaltina do IFB, com base no seu Projeto Pedagógico Institucional promoveu a execução do Programa de Auxílio Moradia, inserido na Política de Assistência Estudantil do IFB, Resolução n. 014/2014/CS-IFB.

A política de assistência estudantil está pautada em um conjunto de princípios e diretrizes que norteiam a implantação de ações visando à promoção da permanência e do êxito dos alunos na perspectiva de inclusão social, produção de conhecimento, melhoria do desempenho escolar e da qualidade de vida (art. 1º, PAE).

A residência estudantil, enquanto espaço de uso coletivo, pode ser vista como um forte aliado ao processo de formação do estudante cidadão. Barroso et al. (2016) consideram o potencial integrador e formador de indivíduos, já que contribui para o fortalecimento da vida em sociedade, a troca de experiências, colaborando ainda com a função social dessa vivência em conjunto.

Ainda nesta linha, Silva (2016, p. 1) afirma que é preciso conceber a residência estudantil como um espaço de fortalecimento da autonomia do estudante, compreendendo-a como potencial de construir identidades e estabelecer novas redes de sociabilidade — e, para

que este ambiente esteja pronto para a promoção desse desenvolvimento, fatores intrínseco e extrínsecos precisam ser avaliados.

A análise sobre a percepção os impactos da oferta de residência estudantil do IFB – Campus Planaltina, sob a ótica dos alunos e dos gestores, aconteceu respeitando as posições daqueles que trabalham para que a política seja executada e para aqueles que usufruem do direito. E, pautado nos pilares “permanência” e “êxito”, foi possível elencar as potencialidades e fragilidades dessa oferta.

Com as contribuições dos gestores, é possível identificar que as palavras: *alunos* e *residentes* estão em destaque; entretanto, palavras como *segurança*, *social* e *assistência* também aparecem entre as 50 palavras mais utilizadas em suas falas, conforme a nuvem de palavras gerada pela ferramenta *Wordle*.



Como já se apresentou, “permanecer” implica sentir-se parte do processo e isso pode ser percebido com a frequência e a assiduidade de acordo com o previsto no Projeto Pedagógico do Curso — com aspectos como: sentimento de pertencimento à instituição; participação ativa nas atividades curriculares e em atividades de pesquisa e extensão; identificação com o curso; entre outros.

A permanência, pela visão da gestão, perpassa diferentes fatores: o fortalecimento da equipe de acompanhamento, a estrutura física das residências, os serviços de apoio especializados e a aproximação com as famílias.

Já a permanência pela visão dos alunos consiste em conseguir se adaptar à nova realidade e desenvolver suas habilidades sociais. A nuvem de palavras gerada com as contribuições dos alunos, quando foi avaliado o período em que estiveram como alunos residentes, apresentou pontos positivos e negativos. Entre as 50 palavras mais usadas estão:

Desta forma, a residência estudantil se mostrou, neste contexto, capaz de promover a garantia do direito à educação, além de fazer parte de uma rede de ações para a promoção do acesso, permanência e êxito dos alunos do Campus Planaltina.

7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Alencar, F. (2017). Tudo sobre o Google Form. *Techtudo*. Recuperado de: <http://www.techtudo.com.br/tudo-sobre/google-forms.html>.
- Angelis, F. (2007). Colégio Agrícola de Planaltina será federal. *Portal MEC*. Recuperado de: <http://portal.mec.gov.br/ultimas-noticias/209-564834057/9632-sp-608928425>.
- Araújo, A. C. C. (2016). *A percepção discente sobre a residência universitária no Brasil e o programa auxílio moradia no Campus da UFC em Sobral* (Dissertação). Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, Ceará, Brasil.
- Barroso, A. S. Z., Pereira, J. D. G., Ferrari, D., & Wiese, E. B. V. S. S. (2016). Reflexões acerca da influência do projeto arquitetônico de moradia estudantil na construção de hábitos mais sustentáveis em sociedade. *Jornada de Iniciação Científica e Tecnológica da Universidade Federal da Fronteira Sul*. Chapecó, 6.
- Carmo, G. T. (Org.) (2018). *Dos estudos da evasão para os da permanência e do êxito escolar: um giro paradigmático*. Campos dos Goytacazes: Brasil Multicultural.
- Carvalho, M. C. M. (1989). *Construindo o saber: metodologia científica: fundamentos e técnicas*. (2a ed.). Campinas, SP: Papyrus.
- Chaves, N. M., Galinha, S. M. G. A., & Gontijo, S. B. F. (2017). Formação docente e habilidades sociais: contribuições para a formação integral de estudantes universitários. *Revista da UIIPS – Unidade de Investigação do Instituto Politécnico de Santarém*, 5(3), 99-114.
- Cordeiro, M. J. J. A. Introdução. In I. M. Souza. *Permanência e êxito nos cursos técnicos: desafios e conquistas*. (1a ed.). Curitiba: Appris.
- Doane, D. P., & Seward, L. E. (2014). *Estatística aplicada à administração economia*. (4a ed.). Porto Alegre: AMGH.
- Dye, Th. D. (1984). *Understanding Public Policy*. Englewood Cliffs, N.J.: PrenticeHall.
- Godoy, A. S. (1995). Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. *Revista de Administração de Empresas*, 35(2), 57-63. Recuperado de: <http://www.scielo.br/pdf/rae/v35n2/a08v35n2.pdf>.
- Gomes, C. A. (2005) *A escola de qualidade para todos: abrindo as camadas da cebola*. Revista Ensaio: aval. pol. públ. Educ., Rio de Janeiro, v. 13, n. 48, p. 281-306, jul./set.
- Hora, D., & Lelis, L. S. C. (2017). Escola justa e organização escolar: a percepção de professores brasileiros do ensino médio. *Revista Brasileira de Política e Administração da Educação*, 33(1), 167-184.
- Instituto Federal de Brasília (2009). *Estatuto*. Publicado no DOU n. 168, de 02 de setembro de 2009 e alterado conforme a terceira fase da 15ª Reunião Extraordinária do Conselho Superior, realizada em 24 de maio de 2016. Recuperado de: <http://www.ifb.edu.br/attachments/article/3285/ESTATUTO%20IFB%20ATUALIZADO.pdf>
- Karino, C. A., & Laros, J. A. (2017). Estudos brasileiros sobre eficácia escolar: uma revisão de literatura. *Revista Examen*, 1(1) 95-126.
- Laswell, H. D. (1936/1958). *Politics: Who Gets What, When, How*. Cleveland, Meridian Books.
- Lei n. 11.892, de 29 de dezembro de 2008*. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Recuperado de: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111892.htm.
- Lei n. 12.711, de 29 de agosto de 2012*. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Recuperado de: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112711.htm.

- Lei n. 12.796, de 4 de abril de 2013.* Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para dispor sobre a formação dos profissionais da educação e dar outras providências. Recuperado de: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2013/Lei/L12796.htm#art1
- Lei n. 13.005, de 25 de junho de 2014.* Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Recuperado de: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/113005.htm.
- Lei n. 13.796, de 03 de janeiro de 2019.* Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para fixar, em virtude de escusa de consciência, prestações alternativas à aplicação de provas e à frequência a aulas realizadas em dia de guarda religiosa. Recuperado de: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2019/Lei/L13796.htm
- Lei n. 8.742, de 07 de dezembro de 1993 – Lei Orgânica de Assistência Social – LOAS (1993).* Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências. Recuperado de: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8742.htm.
- Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB.* Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Recuperado de: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm.
- Lynn, L. E. (1980). *Designing Public Policy: A Casebook on the Role of Policy Analysis*. Santa Monica, Calif.: Goodyear.
- Mead, L. M. (1995, fevereiro). Public Policy: Vision, Potential, Limits. *Policy Currents*, 1-4.
- Moura, M. S. (2011). Revisando conceitos: o necessário exercício da construção da identidade a partir das diferenças. In M. T. E. Mantoan (Org.). *O desafio das diferenças nas escolas*. (4. ed., Cap. 3. pp. 45-49). Petrópolis, RJ: Vozes.
- Moraes, G. H. & Albuquerque A. E. M. de. (2019). As estatísticas da educação profissional e tecnológica : silêncios entre os números da formação de trabalhadores. In Moraes G. H & Albuquerque A. E. M. de. (Orgs.). *Texto para discussão 45*. Brasília : Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira.
- Nota informativa n.138 2015/DPE/SETEC/MEC. Informar e orienta as Instituições da Rede Federal sobre a construção dos Planos Estratégicos Institucionais para a Permanência e Êxito dos Estudantes. Recuperado de: http://www.iftm.edu.br/proreitorias/ensino/permanenciaeexito/documentos/documentos/2015%20Nota%20Informativa%20n%C2%B0%20138%20_2015_DPE_DDR_SETEC_MEC%282%29.pdf
- Piana, M. C. (2009). A construção do perfil do assistente social no cenário educacional. São Paulo: Unesp; Cultura Acadêmica. Recuperado de: <https://static.scielo.org/scielobooks/vwc8g/pdf/piana-9788579830389.pdf>.
- Portaria n. 818 do Ministério da Educação, de 13 de agosto de 2015.* Regulamenta o conceito de Aluno-Equivalente e de Relação Aluno por Professor, no âmbito da Rede Federal Educação Profissional, Científica e Tecnológica. Recuperado de: http://redefederal.mec.gov.br/images/stories/pdf/port_818.pdf.
- Projeto de Lei n. 6.086/2016.* Institui a política nacional de assistência estudantil, voltada para os estudantes de cursos de graduação presencial na rede federal de educação superior. Recuperado de: <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2110820>.
- Resolução n. 001-2016/CS-IFB, de 17 de fevereiro de 2016.* Aprova o Regulamento dos Cursos Técnicos de Educação Profissional Técnica Integrados ao Ensino Médio do IFB. Recuperado de: <http://www.ifb.edu.br/attachments/article/5995/REGULAMENTO%20DE%20CURSO%20DE%20T%C3%89CNI%20INTEGRADO%20AO%20ENSINO%20M%C3%89DIO.pdf>
- Resolução n. 01/2017/CS-IFB, de 08 de fevereiro de 2017.* Aprova a estrutura organizacional do Instituto Federal de Brasília (IFB) e dá outras providências. Recuperado de: http://www.ifb.edu.br/attachments/article/13211/Resolu%C3%A7%C3%A3o_01_Organograma%20IFB.pdf.
- Resolução n. 014/2014/CS-IFB, de 30 de maio de 2014.* Aprova a Política de Assistência Estudantil (PAE), do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília. Recuperado de: http://www.ifb.edu.br/attachments/article/6397/Resolu%C3%A7%C3%A3o_014_Aprova%20a%20Pol%C3%ADtica%20de%20Assist%C3%Aancia%20Estudantil%20do%20IFB.pdf.

- Romanelli G. *O significado da alimentação na família: uma visão antropológica*. Medicina (Ribeirão Preto. Online) [Internet]. 30set.2006 [citado 8out.2019];39(3):333-9. Available from: <http://www.periodicos.usp.br/rmrp/article/view/388>
- Ruzany, M. H. (2008). *Atenção à Saúde do Adolescente: Mudança de Paradigma*. In Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. *Saúde do adolescente: competências e habilidades*. (Cap. 1, pp. 21-25). Brasília: Ministério da Saúde, 2008.
- Silva, E. B. V. (2016). Moradia estudantil e ressignificação: diretrizes para o projeto arquitetônico a partir dos espaços coletivos e de socialização. *Jornada de Iniciação Científica e Tecnológica da Universidade Federal da Fronteira Sul*. Chapecó, 6.
- Silveira, D. T., & Córdova, F. P. (2009). A pesquisa científica. In T. E. Gerhardt, & D. T. Silveira (Coord.). *Métodos de pesquisa*. (Cap. 2). Porto Alegre: UFRGS.
- Souza, C. (2006). Políticas públicas: uma revisão da literatura. *Sociologias*, 8(16), 20-45.
- Stewart, C. J., & Cash, W. B. Jr. (2015). *Técnicas de entrevista: estruturação e dinâmica para entrevistados e entrevistadores* (C. J. C. Zanón, Trad.). (14a ed.). Porto Alegre: AMGH.
- Tinto, V. (1989). Definir la deserción: una cuestión de perspectiva. *Revista de Educación Superior*, (71), 1-9.
- Trad, L. A. B. (2009). Focal groups: concepts, procedures and reflections based on practical experiences of research works in the health área. *Physis*, 19(3), 777-795.
- Souza, Rozana Quintanilha; arêas, Heise Cristine Aires; LIMA, Carlos Márcio Viana. (2018). O I Fórum do PROEJA no Instituto Federal Fluminense: um dispositivo provocador/colaborativo para a permanência e êxito de estudantes. In I. M. Souza. *Permanência e êxito nos cursos técnicos: desafios e conquistas*. 1a ed. Curitiba: Appris.
- Souza, Rozana Quintanilha Gomes; manhães, Elane Kreile. (2018). O contexto da educação de jovens e adultos: o porte da instituição e suas implicações no envolvimento dos alunos. In I. M. Souza. *Permanência e êxito nos cursos técnicos: desafios e conquistas*. 1a ed. Curitiba: Appris.

ANEXOS

Anexo I – Aprovação do projeto de pesquisa



DECLARAÇÃO

Rodrigo Nuno Neves Manzon de Sequeira, Secretário da Escola Superior de Educação de Santarém declara que foi aprovado pelo Conselho Técnico-Científico (CTC) de 29 de novembro de 2017, referente ao estudante Hénia Delfina Ferreira de Oliveira do Mestrado em Ciências da Educação/Administração Educacional, o seguinte:

Tema do Projeto	Orientador
Acesso, permanência e êxito: um estudo de sobre os impactos da oferta de residência estudantil para os estudantes contemplados do IFB – campus P.	Paulo Dias

Declara ainda que o CTC de 02 de julho de 2019 aprovou a seguinte coorientação do Trabalho de Projeto:

Tema do Projeto	Orientador	Coorientadora
Acesso, permanência e êxito: um estudo de sobre os impactos da oferta de residência estudantil para os estudantes contemplados do IFB – campus P.	Paulo Dias	Lúcia Delgado

Santarém, 25 de setembro de 2019

O Secretário da Escola

Rodrigo Manzon

Anexo II – Termo de responsabilidade de vaga na residência estudantil

Pelo presente instrumento particular de Imóvel Estudantil, que entre si fazem, de um lado, CAMPUS PLANALTINA DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE BRASÍLIA, CNPJ n° 09 266 912/0001-84, sito à Rodovia DF 128, Km 21, Zona Rural – Planaltina-DF, CEP 73.380-900, neste ato representado pela Diretora Geral do Campus Planaltina, Edilene Carvalho Santos Marchi, doravante simplesmente denominada LOCADOR, e de outro o discente (nome completo e legível) _____ inscrito(a) no CPF n° _____ filho(a) de _____ e de _____, residente e domiciliado à (rua, av.) _____ Bairro: _____ Cidade: _____ CEP: _____ - _____ Telefone: _____ matrícula: _____ doravante simplesmente denominado de LOCATÁRIO, nos termos do Decreto 9.7060/96 e suas alterações bem como da Lei 10.406/02, mediante as cláusulas e condições seguintes:

1.0 – DO OBJETO

1.1 – O objeto do presente contrato é a vaga residencial no quarto n° ____ do alojamento n° ____ cama n° ____ e armário n° ____ do Campus Planaltina.

2.0 – DA FINALIDADE

2.1 – A vaga no imóvel ora contratada destina-se exclusivamente à moradia do LOCATÁRIO.

2.2 Fica expressamente proibida a alteração de sua destinação.

3.0 – DA VIGÊNCIA

3.1 – O presente será renovado semestralmente.

3.2 – Após o encerramento do semestre o locatário deve desocupar as instalações, devendo o mesmo fazer nova solicitação para permanecer na residência estudantil.

4.0 – DA CONSERVAÇÃO

4.1 – O LOCATÁRIO se compromete a manter o imóvel onde está situada a vaga objeto desde contrato em perfeitas condições de higiene, segurança e utilização.

4.2 – É de responsabilidade do LOCATÁRIO manter seus pertences limpos e guardados em local apropriado.

4.3 – O LOCADOR ou seu preposto terá acesso ao imóvel quando ocorrerem incidentes que exijam intervenção das devidas Coordenações/Direções competentes.

4.4 – É vedada a realização de festas, eventos, reuniões ou encontros, bem como cozinhar, dentro do imóvel sem a autorização prévia da Coordenação Geral de Assistência Estudantil ou seu preposto.

5.0 – DAS SANÇÕES

5.1 – O descumprimento de quaisquer cláusulas neste contrato implicará na rescisão desde instrumento e na desocupação da vaga contratada/cedida:

- 5.1.1 – Se ausentar da Residência Estudantil por mais de 3(três) dias consecutivos ou 5(cinco) dias alternados no prazo de 1(um) mês, sem justificativa e sem a prévia autorização da Coordenação Geral de Assistência Estudantil, CDAE e/ou Coordenação de Apoio à Residência Estudantil, CDRE;
- 5.1.2 – Não apresentar condições de integralização com os demais colegas da Residência Estudantil ou da comunidade escolar;
- 5.1.3 – Perder por qualquer motivo o vínculo com a instituição ou trancar a sua matrícula.
- 5.1.4 – Não mais se enquadrar na condição de vulnerabilidade socioeconômica;
- 5.1.5 – Não respeitar as regras de convivência, cometer vandalismo e/ou danos ao patrimônio e/ou a terceiros;
- 5.1.6 – Faltar às aulas e/ou chegar atrasado à sala, estando na escola ou sair sem prévio aviso a CDAE/CDRE, assim como ficar na residência em horários de aulas ou de atividades nos setores da escola;
- 5.1.7 – Ser reprovado ou ficar na residência em dependência em até duas disciplinas ao final do curso;
- 5.1.8 – Não realizar devidamente a higienização dos quartos e áreas afins;
- 5.1.9 – Permitir que alunos não residentes ou pessoas de fora da escola entrem nos quartos ou mesmo circulem nas áreas da residência sem a devida autorização;
- 5.2.0 – Não respeitar o horário do silêncio, a partir das 22h, e o apagar das luzes às 23h;
- 5.2.1 – Não é permitida saídas sem autorização da CDRE ou CDAE;
- 5.2.2 – Não é permitido o namoro de menores sem autorização presencial dos pais ou responsáveis.
- 6.0 – O LOCATÁRIO declara haver recebido o imóvel objeto deste contrato em perfeitas condições de uso e habilitação.
- 6.2 – É expressamente proibido o depósito, a conservação, a manutenção ou o uso de substâncias ou produtos – lícitos ou ilícitos – como drogas, entorpecentes ou bebidas alcoólicas que possam causar danos à saúde ou à integridade física dos residentes.
- 6.3 – Não é permitido o armazenamento de produtos alimentícios perecíveis e/ou que possam causar proliferação de insetos e/ou roedores no interior do imóvel ora contratado.
- 6.6 – O LOCATÁRIO se compromete a guardar o decoro no local, respeitando as normas convencionadas e contratadas, a lei do silêncio e outras previstas no regulamento do corpo discente do campus.
- 6.5 – Não é permitida a fixação, inscrição ou pintura de nenhum anúncio, aviso, notícia, placa, figura, sinal ou qualquer meio gráfico ou visual em qualquer parte do imóvel e mobiliário objeto deste contrato.
- 6.6 – Só é permitida a movimentação e/ou reorganização do mobiliário no interior do imóvel ora contratado com a anuência prévia do Coordenador de Apoio à Residência Estudantil ou CDAE (por escrito).
- 6.7 – O LOCATÁRIO se compromete a devolver o imóvel nas condições contratadas, podendo ser solicitado pelo LOCADOS, possíveis reparos que objetivem a manutenção das cores e tonalidades preexistentes, à custa do LOCATÁRIO.
- 7.0 – Hipóteses de desligamento da residência estudantil.
- 7.1 – Voluntariamente:

7.1.1 – Por vontade expressa, formalmente pelo estudante ou seu representante legal, em caso de adolescentes.

7.2 – Por não cumprimento, após parecer da Comissão Multidisciplinar Discente Permanente:

7.2.1 – Por não cumprimento da Resolução nº 18-2012/CS/IFB que trata do Regulamento Disciplinar Discente, das regras da Residência, Termo de Compromisso e demais regras que se aplicam;

7.2.2 – Por não cumprimento dos acordos com a Coordenação de Residência Estudantil (CDRE) e/ou Coordenação de Assistência Estudantil (CDAE)

7.2.3 – Por atraso injustificado às aulas ou atividades letivas dentro ou fora do campus;

7.2.4 – Em casos de desacatos aos servidores e/ou colegas;

7.2.5 – Faltas e atrasos injustificados às aulas e outras atividades letivas do campus;

7.2.6 – Por danos ao patrimônio público ou particular de colegas e/ou servidores;

7.2.7 – Por ter atitudes de violência física, psicológica e/ou moral contra colegas e/ou servidores;

7.2.8 – Por não renovar a residência estudantil nos prazos estabelecidos pela CDAE;

7.2.9 – Por saídas, sem autorização da CDAE ou CDRE;

7.2.10 – por 3 (três) faltas consecutivas ou 5 (cinco) alternativas, em um prazo de um mês, injustificadamente na residência estudantil;

7.2.11 por não comparecimento do PAI/MÃE ou do responsável legal de adolescente, quando solicitado ou do discente adulto, na CDAE/CDRE;

8.0 DO FORO

Fica eleito e estabelecido o foro da cidade de Planaltina/DF para dirimir quaisquer dúvidas ou processamento de qualquer ação oriunda do presente instrumento, renunciando as partes a qualquer outro foro.

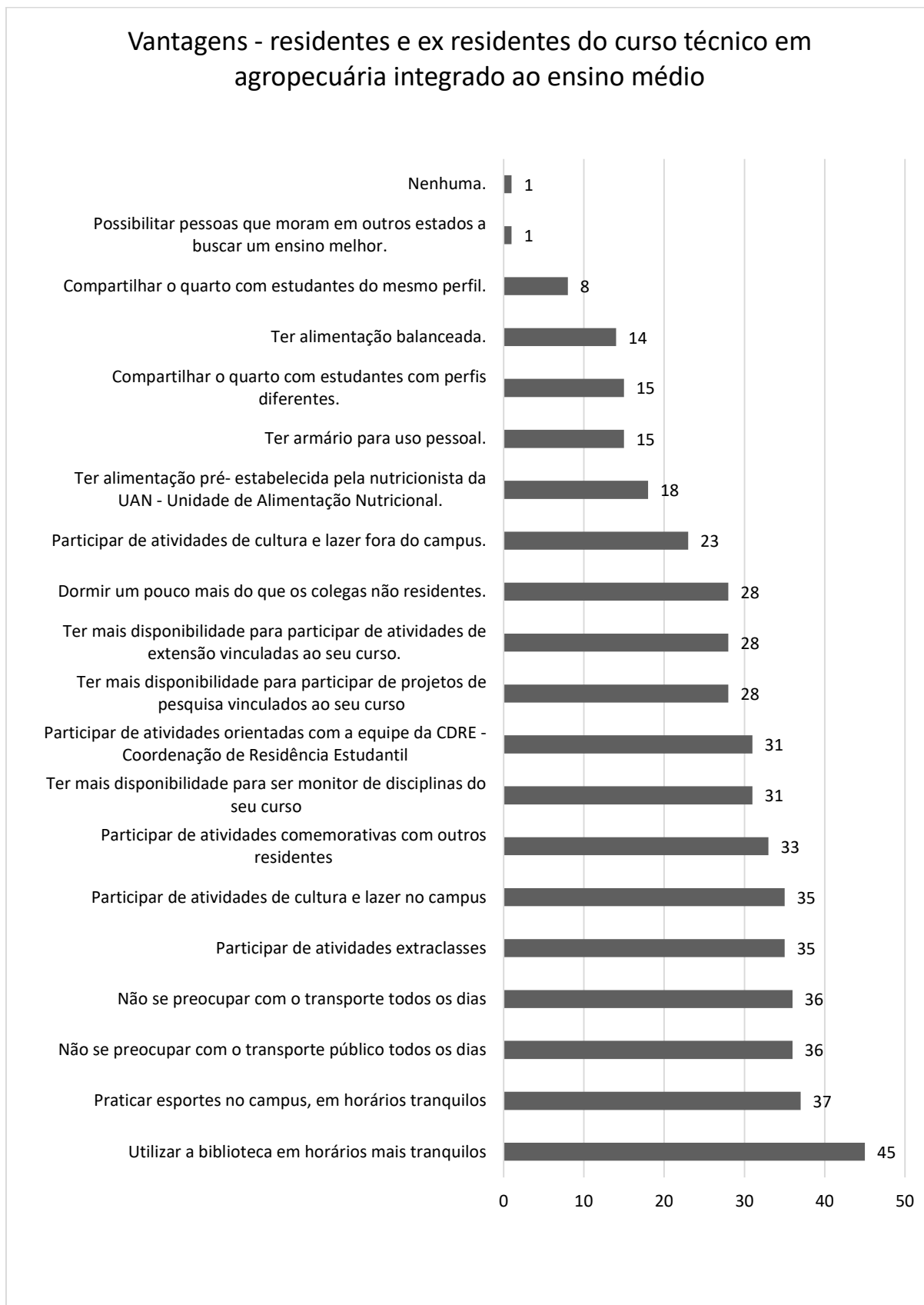
Planaltina/DF, _____ de _____ de 20____.

LOCATÁRIO – (discente adulto ou responsável legal por discente adolescente)

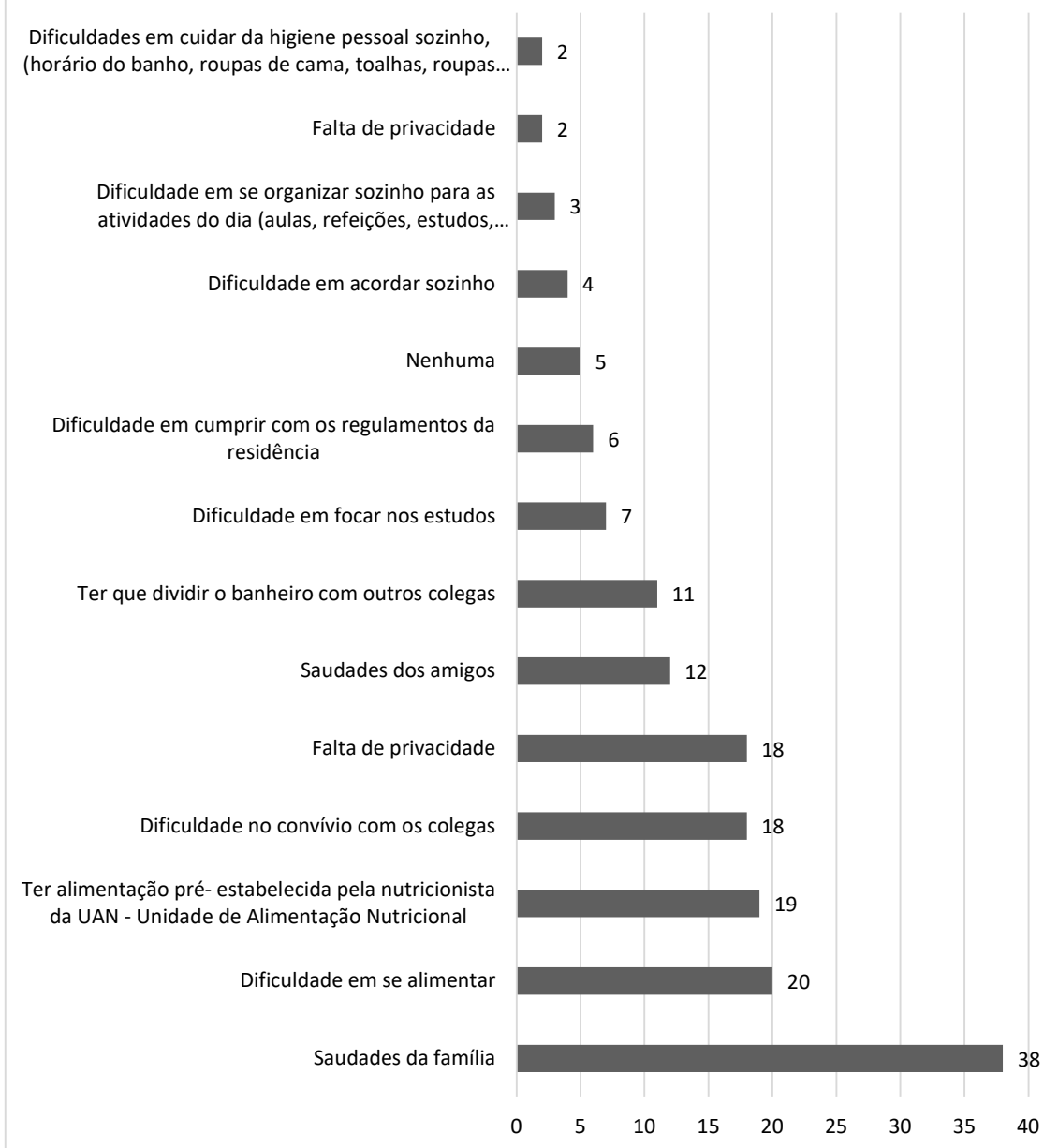
LOCADOR – Diretora Geral

CDAE/CDRE

Anexo IV – Gráficos complementares



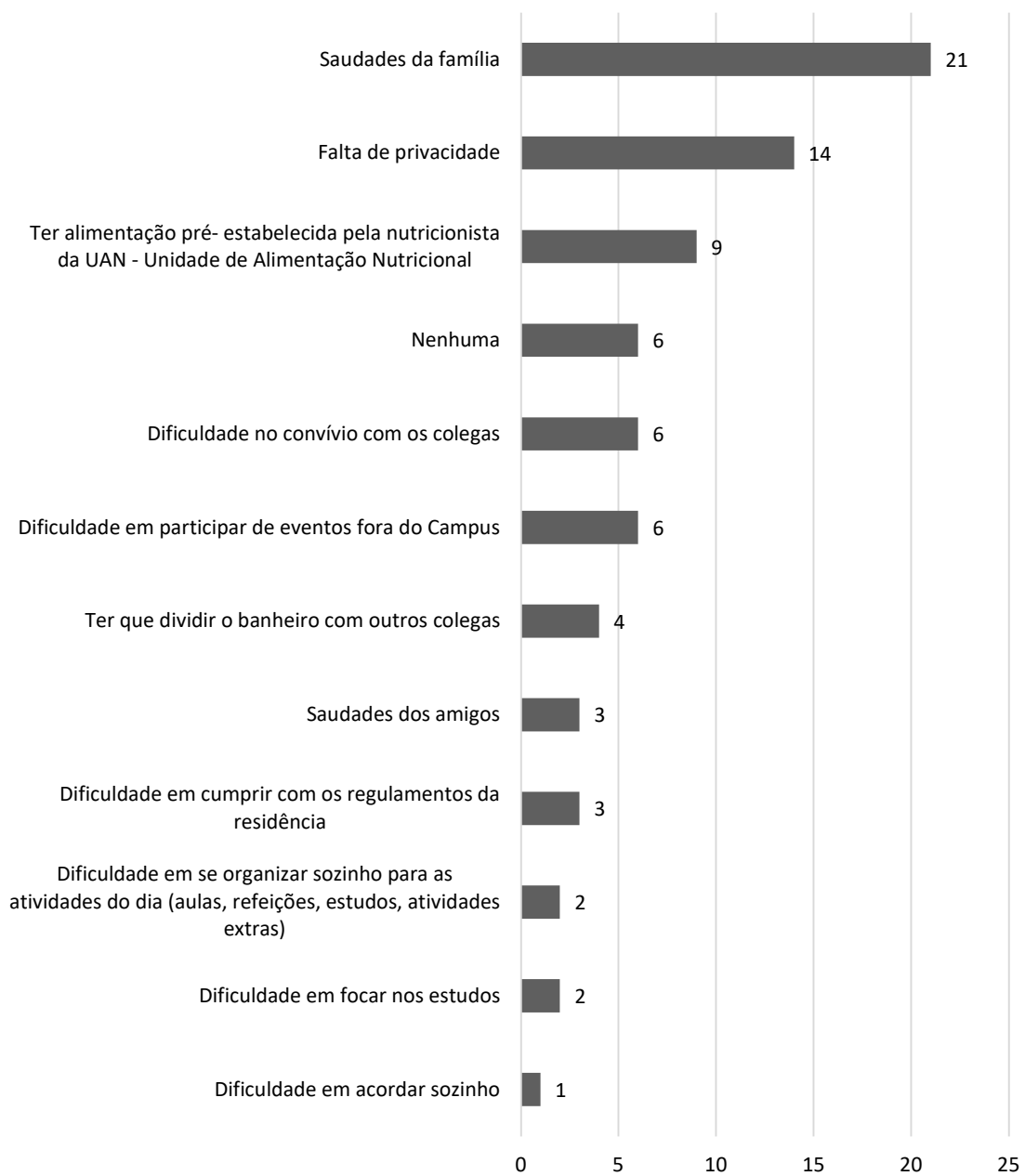
Desvantagens - residentes e ex residentes do curso técnico em agropecuária integrado ao ensino médio



Vantagens - residentes e ex residentes do cursos técnicos subsequente e cursos superiores



Desvantagens - residentes e ex residentes do cursos técnicos subsequente e cursos superiores



Anexo V – Características de uma residência estudantil

A residência estudantil é composta por quatro prédios, com 10 quartos em cada prédio, isto é, há um total de 40 quartos, cada um com capacidade máxima para 10 alunos; sendo assim, há uma capacidade máxima para o acolhimento de 400 residentes. Entretanto, ter um espaço para dormir não é a única necessidade dos alunos, e muitos fatores se tornam impeditivos para haja 400 alunos residindo nesse espaço.

Existem duas duplas de prédios, com as áreas de alojamento respectivas de 598,21 m² e 670,61 m². Um quarto é composto por: alojamento, sanitários, serviço, lava- botas e pátio descoberto.

Tabela 7 - Descrição dos espaços de uma residência estudantil

Local	Descrição
Alojamento	Local onde ficam as camas, os armários, a mesa de estudo e as cadeiras
Sanitário	Local com quatro boxes, sendo dois com privadas e dois com chuveiros aquecidos; há ali quadro pias
Lava- botas	Local, com acesso secundário, para que o aluno deixe suas botas e/ou lave-as, para não sujar o alojamento
Pátio descoberto	Local de entrada de luz e ar, onde o aluno tem um espaço reservado para secar suas roupas
Lavanderia coletiva	Local com sete máquinas de lavar roupas, onde, organizados por uma escala, os alunos podem lavar suas roupas pessoais e roupas de cama (lençóis e fronhas)

Fonte: CDRE.

Tabela 8 - Áreas detalhadas dos alojamentos 200 e 400

	Alojamento 200 (área total)	Alojamento 400 (área total)
Alojamentos	598,21 m ²	670,61 m ²
Varanda (pátio descoberto + lava- botas)	95,00 m ²	106,00 m ²
Área de serviço	13,55 m ²	100 m ²

Fonte: planta baixa.

Com base nas informações das tabelas 7 e 8, é possível descrever o espaço físico de uma residência estudantil — as plantas baixas também estão disponíveis no Anexo II deste trabalho. No interior da residência, cada quarto possui camas, beliches e armários individuais; os colchões são bem conservados e trocados quando necessário.

Cada estudante deve providenciar sua roupa de cama, travesseiro e cobertor, e sempre que precisar, pode utilizar a lavanderia, organizada segundo uma escala de utilização feita pela coordenação.

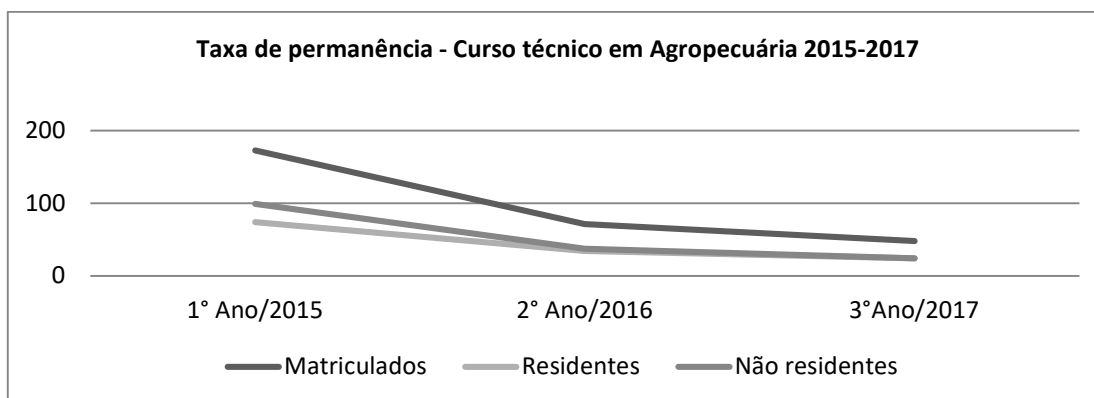
Há também mesas e cadeiras para estudo; cada quarto possui seu banheiro, com chuveiro aquecido. Hoje, todos os quartos possuem tela de proteção contra mosquitos e cada prédio possui caixa-d'água. Na área externa do alojamento existe um bebedouro com água filtrada e refrigerada.

Os alojamentos estão localizados próximo às quadras de esporte do campus, tornando-se área de lazer dos residentes no período noturno. Há também um espaço de convivência no *hall* do refeitório, onde os residentes podem assistir TV, acessar a Internet via wi-fi com melhor qualidade, já que não há sinal de Internet nos alojamentos.

Anexo VI – Guião da entrevista coletiva / tempestade de ideias

Entrevista coletiva realizada em março de 2018, com um grupo de 28 alunos do último ano do Curso Técnico em Agropecuária. Grupo formado por residentes e não residentes.

1. Apresentar o gráfico ao grupo.



2. Informar ao grupo que se trata de dados reais, de um grupo de alunos do Curso Técnico em Agropecuária Integrado, com atividades entre 2015 e 2017.
3. Pedir para observarem a taxa de permanência do primeiro ano para o segundo e para avaliarem os motivos a alta taxa de evasão.
4. Pedir para avaliarem a taxa de permanência entre o segundo ano e o terceiro ano e para avaliarem os motivos da estabilidade da taxa de evasão.
5. Pedir que avaliem as condições de um aluno residente e de um não residente nesse cenário de permanência no curso.
6. Pedir que destaquem as vantagens de ser um aluno residente.
7. Pedir que destaquem as vantagens de ser um aluno não residente.
8. Pedir que destaquem as desvantagens em ser um aluno residente.
9. Pedir que destaquem as desvantagens em ser um aluno não residente.
10. Apresentar a *opinião* do grupo e disponibilizar o espaço para informações adicionais.
11. Finalizar a entrevista.

Anexo VII – Formulários de pesquisa

Pesquisa - gestão: os impactos da oferta de residência estudantil para os estudantes contemplados do IFB – Campus Planaltina

POR FAVOR, LEIA ATENTAMENTE ESTAS INSTRUÇÕES ANTES DE INICIAR O PREENCHIMENTO DO QUESTIONÁRIO.

Prezado participante,

Esta é uma pesquisa que objetiva estudar os impactos da oferta de residência estudantil para os estudantes contemplados do IFB – Campus Planaltina, entre os anos de 2015 e 2018. Sua participação é fundamental para que possamos ter uma ideia clara sobre as dinâmicas desta política de assistência estudantil. As suas respostas são confidenciais e não serão disponibilizadas para ninguém na instituição. Não escreva seu nome no questionário! As suas respostas e as de seus colegas serão reunidas e tratadas em conjunto, gerando um relatório global.

Agradecemos.

*Obrigatório

Endereço de e-mail: _____

*(1) Há quanto tempo seu trabalho envolve os alunos residentes do Campus Planaltina?

Menos de um ano

Entre um 1 e 2 anos

Entre 2 e 3 anos

Entre 4 e 5 anos

Mais de 5 anos

*2) "A residência estudantil possibilita ao aluno uma educação como um bem público, gratuito e de qualidade". Você concorda com esta afirmativa? Justifique.

*3) Em 2017, observou-se que nenhum aluno residente reprovou o 3º ano do Ensino Médio Integrado em Agropecuária e que a reprovação dos não residentes também foi bem baixa. Como você avalia esse resultado?

*4) Quais as suas expectativas a respeito da política de assistência estudantil - residência estudantil para os próximos anos? O que precisa melhorar e o que precisa se fortalecer?

**Pesquisa: os impactos da oferta de residência estudantil para os estudantes
contemplados do IFB – Campus Planaltina**

POR FAVOR, LEIA ATENTAMENTE ESTAS INSTRUÇÕES ANTES DE INICIAR O PREENCHIMENTO DO QUESTIONÁRIO.

Prezado participante,

Esta é uma pesquisa que objetiva estudar os impactos da oferta de residência estudantil para os estudantes contemplados do IFB – Campus Planaltina, entre os anos de 2015 e 2018. Sua participação é fundamental para que possamos ter uma ideia clara sobre as dinâmicas desta política de assistência estudantil. As suas respostas são confidenciais e não serão disponibilizadas para ninguém na instituição. Não escreva seu nome no questionário! As suas respostas e as de seus colegas serão reunidas e tratadas em conjunto, gerando um relatório global.

Agradecemos.

*Obrigatório

*Endereço de e-mail: _____

*Fui aluno residente do Campus Planaltina nos seguintes anos: (Marque todas que se aplicam)

- a) Antes de 2015
- b) 2015
- c) 2016
- d) 2017
- e) Ainda estou residente

*Curso(s) (Marque todos os que se aplicam)

- a) Superior em Licenciatura em Biologia
- b) Superior em Tecnologia em Agroecologia
- c) Técnico Subsequente em Agropecuária
- d) Técnico Subsequente em Agroindústria
- e) Técnico Integrado em Agropecuária

Analise as afirmações apresentadas conforme cada área indicada e responda, numa escala de 4 pontos, se concorda com eles. Quanto menor a pontuação, menos você concorda. Quanto maior a pontuação, mais você concorda.

01) A residência estudantil possibilita ao aluno uma educação como um bem público, gratuito e de qualidade.

(1) Discordo totalmente (2) Discordo parcialmente (3) Concordo parcialmente (4) Concordo totalmente.

02) Oferecer residência estudantil é cumprir com o compromisso com a qualidade dos serviços prestados.

(1) Discordo totalmente (2) Discordo parcialmente (3) Concordo parcialmente (4) Concordo totalmente.

03) A residência estudantil possibilita a igualdade de direito no acesso ao atendimento, sem discriminação de qualquer natureza.

(1) Discordo totalmente (2) Discordo parcialmente (3) Concordo parcialmente (4) Concordo totalmente.

04) Quais as vantagens de ser aluno residente no Campus Planaltina? Marque todas as que se aplicam.

Ter alimentação pré-estabelecida pela nutricionista da UAN - Unidade de Alimentação Nutricional.

Ter alimentação balanceada

Ter armário para uso pessoal

Compartilhar o quarto com estudantes do mesmo perfil

Compartilhar o quarto com estudantes com perfis diferentes

Não se preocupar com o transporte todos os dias

Não se preocupar com o transporte público todos os dias

Dormir um pouco mais do que os colegas não residentes

Participar de atividades extraclasse

Praticar esportes no campus, em horários tranquilos. Utilizar a biblioteca em horários mais tranquilos

Participar de atividades de cultura e lazer no campus

Participar de atividades de cultura e lazer fora do campus

Participar de atividades orientadas com a equipe da CDRE – Coordenação de Residência Estudantil.

Participar de atividades comemorativas com outros residentes

Ter mais disponibilidade para ser monitor de disciplinas do seu curso.

Ter mais disponibilidade para participar de projetos de pesquisa vinculados ao seu curso.

Ter mais disponibilidade para participar de atividades de extensão vinculadas ao seu curso.

Nenhuma

Outra(s): _____

05) Quais as desvantagens de ser residente? Marque todas as que se aplicam.

Dificuldade de cuidar da higiene pessoal sozinho, (horário do banho, roupas de cama, toalhas, roupas íntimas)

Saudade da família Saudade dos amigos

Falta de privacidade

Dificuldade no convívio com os colegas

Dificuldade de acordar sozinho

Dificuldade de se organizar sozinho para as atividades do dia (aulas, refeições, estudos, atividades extras)

Dificuldade de focar nos estudos

Ter alimentação pré-estabelecida pela nutricionista da UAN - Unidade de Alimentação Nutricional.

Dificuldade de se alimentar

Dificuldade de cumprir com os regulamentos da residência.

Ter que dividir o banheiro com outros colegas

Nenhuma

Outra(s) _____

06) Escolha uma ou mais opções, para caracterizar sua atual situação acadêmica/profissional. Marque todas as que se aplicam.

Estou cursando

Desistir do curso

Finalizei e estou atuando na área de formação

Finalizei e não estou atuando na área de formação

Finalizei e continuo estudando - nível técnico.

Finalizei e continuo estudando - nível superior.

Outro: _____

07) Para os ex-alunos do Curso Técnico em Agropecuária Integrado.

Se seu foco era cursar o nível superior, descreva abaixo em qual(is) curso(s) você passou e qual foi sua escolha?

08) Avalie o período em que esteve como aluno residente. Considerando que é possível destacar pontos positivos e negativos, descreva quais os principais impactos que percebeu em sua vida acadêmica, pessoal e profissional ao longo desse período, isto é, como essa experiência te ajudou e/ou atrapalhou durante sua formação?
